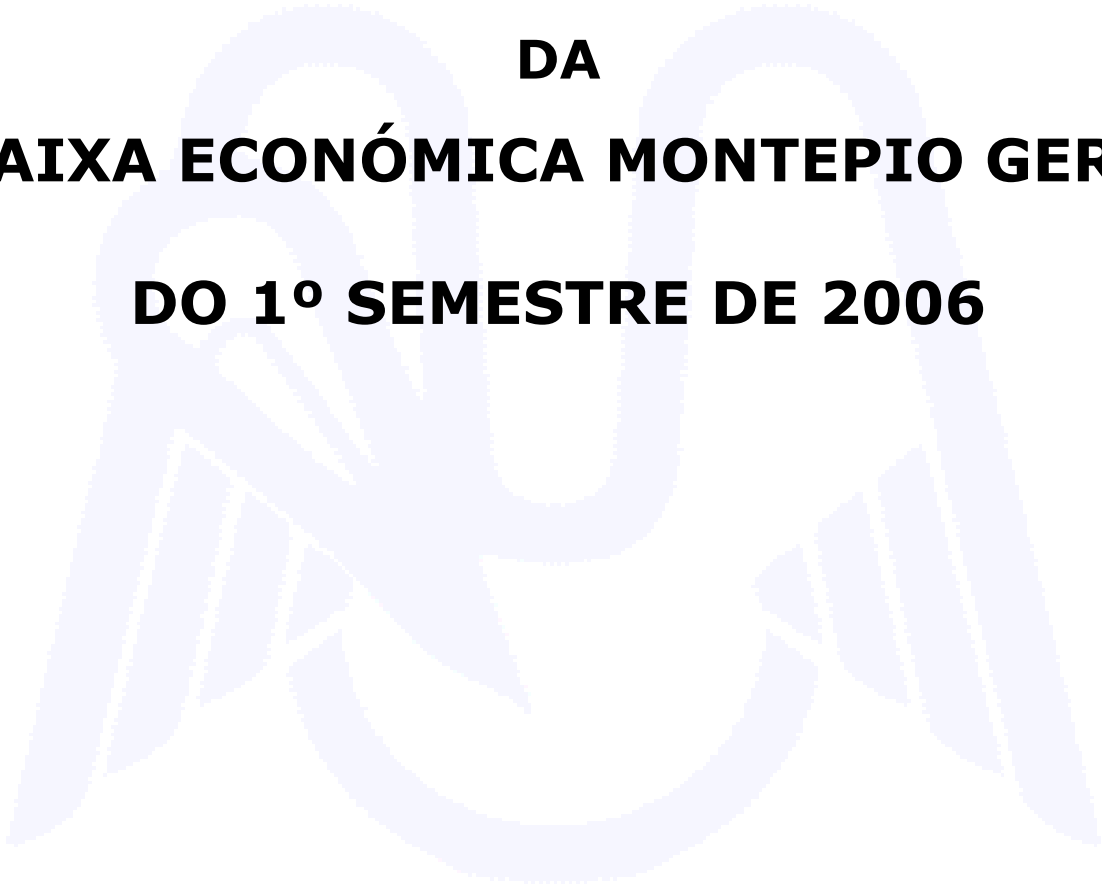


RELATÓRIO E CONTAS SEMESTRAIS
DA
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL
DO 1º SEMESTRE DE 2006

A large, faint, light blue watermark logo is centered in the background. It features a stylized, intertwined design that resembles a monogram or a decorative emblem, possibly representing the organization's identity.

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO

I – Contas Individuais da CEMG em 30 de Junho de 2006

1. Quadro Síntese de Indicadores

2. Introdução

- 2.1. Enquadramento da Actividade e Orientações Estratégicas para a Instituição
- 2.2. Canais de Distribuição e Oferta de Produtos e Serviços
- 2.3. Recursos Humanos
- 2.4. Investimento Não Financeiro
- 2.5. Análise Global de Riscos

3. Actividade da CEMG

3.1. Activos de Negócio

3.1.1. Crédito a Clientes

- 3.1.1.1. Crédito à Habitação
- 3.1.1.2. Crédito Individual
- 3.1.1.3. Crédito Individual – Revolving
- 3.1.1.4. Crédito à Construção

3.1.2. Crédito e Juros Vencidos

3.1.3. Crédito por Tipo de Garantias

3.1.4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Detidos até à Maturidade

3.1.5. Carteira de Participações Financeiras

3.2. Passivos de Negócio

3.2.1. Recursos Alheios de Intermediação

- 3.2.1.1. Depósitos de Clientes

3.3. Recursos de Desintermediação

3.4. Seguros

4. Análise Financeira

4.1. Situação Líquida

4.2. Conta de Exploração

- 4.2.1. Taxas de Juro Médias Activas e Passivas
- 4.2.2. Taxa de Intermediação Financeira
- 4.2.3. Margem Financeira
- 4.2.4. Resultado do Serviço Prestado a Clientes
- 4.2.5. Resultados em Operações Financeiras
- 4.2.6. Rendibilidade (ROA e ROE)
- 4.2.7. Gastos Operacionais
- 4.2.8. Provisões e Imparidade

4.3. Indicadores de Eficiência e Funcionamento

5. Indicadores Prudenciais e Rating

6. Balanço e Demonstração de Resultados em Base Individual em 30 de Junho de 2006

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

I – Contas Individuais da CEMG em 30 de Junho de 2006

1. Quadro Síntese de Indicadores

INDICADORES	2005		2006	Variação Homóloga
	1º Semestre	Anual	1º Semestre	
(milhares de euros)				
1. DIMENSÃO				
Activo Líquido	12.876.746	13.950.993	14.531.180	12,8%
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	688.622	690.771	792.109	15,0%
Trabalhadores - Quadro de Pessoal em Portugal (Unidades)	2.857	2.853	2.874	0,6%
Balcões e Outras Formas de Representação (Unidades)	305	303	303	-0,7%
Balcões (Unidades)	297	295	296	-0,3%
Escritórios de Representação (Unidades)	6	6	6	0,0%
Sucursais Financeiras (Unidades)	2	2	1	-50,0%
Meios de Pagamento Electrónico e de <i>Self Service</i> (Unidades)	6.281	6.710	7.174	14,2%
Máquinas Automáticas Chave 24 e Multibanco (Unidades)	801	847	894	11,6%
Terminais de Pagamentos Automáticos (Unidades)	5.480	5.863	6.280	14,6%
2. RENDIBILIDADE				
<i>Cash Flow</i> do Exercício	71.657	149.182	80.564	12,4%
Resultado do Exercício	20.776	45.312	30.245	45,6%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,33%	0,34%	0,42%	0,09 p.p.
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	6,31%	6,67%	8,13%	1,82 p.p.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio (a)	2,72%	2,65%	2,54%	-0,18 p.p.
3. EFICIÊNCIA				
Activo Líquido Médio / Nº Médio de Trabalhadores	4.461	4.583	5.045	13,1%
Custos de Funcionamento / Activo Líquido Médio	1,59%	1,52%	1,41%	-0,18 p.p.
Custos de Func.+Amortiz./Prod.Banc.(<i>cost to income</i>)	61,53%	60,52%	58,79%	-2,74 p.p.
Quadro de Pessoal em Portugal / Balcões (Unidades)	9,62	9,67	9,71	0,9%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	37,43%	36,69%	35,98%	-1,45 p.p.
4. QUALIDADE DO CRÉDITO				
Rácio de Crédito Vencido	3,01%	2,81%	2,79%	-0,22 p.p.
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias (a)	2,69%	2,57%	2,49%	-0,2 p.p.
Rácio de Crédito com incumprimento (a)	3,48%	3,36%	3,26%	-0,22 p.p.
Rácio de Crédito com incumprimento líquido de provisões	1,03%	0,88%	0,84%	-0,19 p.p.
5. PRUDENCIAIS				
Rácio de Solvabilidade e de Mercado (b)	12,14%	10,74%	11,50%	-0,64 p.p.
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1) (b)	7,63%	6,68%	7,51%	-0,12 p.p.
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios) (c)	14,21%	13,68%	13,11%	-1,1 p.p.
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos	105,65%	113,74%	113,20%	7,55 p.p.
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	117,91%	125,12%	126,55%	8,64 p.p.
6. NOTAÇÕES DE RATING (Curto Prazo : Longo Prazo)				
Fitch Ratings	F2 : A-	F2 : A-	F2 : A-	
Moody's	P-1 : A3	P-1 : A3	P-1 : A3	

(a) De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

(b) De acordo com os Avisos nº 1/93 e nº 7/96 do Banco de Portugal

(c) De acordo com o artº 113 do Decreto Lei 298/92

2. Introdução

2.1. Enquadramento da Actividade e Orientações Estratégicas para a Instituição

Enquadramento da Actividade

No primeiro semestre de 2006, a economia da zona euro obteve um crescimento de 2,4%, face a 1,2% no período homólogo do ano anterior, impulsionado pelo investimento, que cresceu 4,2%, comparando favoravelmente com um crescimento de 2,2%, em idêntico período de 2005.

Reflectindo esta tendência de crescimento, a taxa de desemprego da zona euro diminuiu de 8,7%, no primeiro semestre de 2005, para 7,8%, no primeiro semestre de 2006.

Os preços no consumidor sofreram uma forte pressão no sentido ascendente, decorrente dos custos de energia mais elevados. Os preços do *Brent* subiram 33,6%, em termos homólogos, para o que contribuíram os conflitos no médio oriente. Esta subida repercutiu-se no aumento da taxa de inflação média da zona euro, de 2,2% para 2,4%, de Junho de 2005 para Junho de 2006. Neste quadro, o BCE aumentou por três vezes, de Janeiro a Agosto de 2006, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento, de 2,25% para 3%. Esta subida reflectiu-se nas taxas dos mercados. No Mercado Monetário Interbancário, a *Euribor* a 3 meses passou de 2,49%, no final de 2005, para 3,06%, em Junho de 2006, e a *Euribor* a 6 meses passou de 2,64% para 3,25%, em igual período. A taxa de rendibilidade (*yield*) dos títulos de dívida pública portuguesa a dez anos (Obrigações do Tesouro) subiu de 3,46%, em Dezembro de 2005, para 4,10%, em Junho de 2006.

Com a influência da evolução positiva da economia da zona euro, a economia portuguesa registou uma recuperação no primeiro semestre de 2006, num quadro de melhoria dos índices de confiança dos consumidores e empresários.

Em Portugal, o PIB obteve um crescimento homólogo, em volume, de 1%, no primeiro semestre de 2006, motivado pelo contributo positivo da procura externa líquida, associado a um significativo crescimento das exportações, de 8%, acompanhado de uma desaceleração das importações de 1,61%, que compara com variações homólogas, em idêntico período de 2005, de -0,66% e 3,69%, respectivamente.

A taxa de inflação portuguesa, medida pela variação média anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), subiu de 2,1%, em Junho de 2005, para 2,7%, em Junho de 2006, pressionada pela subida da taxa do IVA e dos preços da energia.

A recuperação da actividade económica permitiu uma redução da taxa de desemprego, de 7,6%, em 2005, para 7,3%, em Junho de 2006.

O significativo nível de endividamento das famílias terá condicionado a evolução do consumo privado, neste primeiro semestre, que cresceu, apenas, 0,38%, face aos 2,93%, do período homólogo do ano anterior, o que, associado à persistente diminuição do investimento, de -4,84%, se reflectiu na retracção da evolução da procura interna, em -0,8%.

O elevado preço do petróleo e a apreciação da taxa de câmbio do euro constituem factores de risco e incerteza para o desempenho económico da zona euro. A taxa de câmbio médio do EUR/USD passou de 1,19, em 31 de Dezembro de 2005, para 1,27, em 30 de Junho de 2006, traduzindo-se numa apreciação de cerca de 7%.

A nível sectorial, embora os indicadores de confiança tenham registado melhorias, no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo do ano anterior, continuou a observar-se um desempenho negativo do sector da construção e obras públicas, tanto no segmento das obras públicas como no da construção de edifícios residenciais. O VAB do sector da construção prosseguiu a sua evolução descendente, com uma taxa de variação de -5,21%, no primeiro semestre de 2006, enquanto que, em igual período de 2005, a mesma foi de -2,87%. No sector do comércio, o índice de volume de negócios no comércio a retalho também registou uma variação homóloga negativa, de -4,8%.

Por sua vez, contrariando a quebra registada em 2005, as receitas de turismo obtiveram um crescimento de 8,64%, no primeiro semestre de 2006, face ao período homólogo de 2005. O sector da indústria também manifestou alguma recuperação. O VAB da indústria cresceu 0,85%, no primeiro semestre de 2006, que compara com -1,88%, no primeiro semestre de 2005.

No quadro geral de melhoria dos indicadores de confiança, no primeiro semestre do ano, os principais índices bolsistas registaram valorizações, embora, no actual contexto de subida das taxas de juro, a níveis moderados, por comparação com as expressivas valorizações de 2005. Nos Estados Unidos, os índices *Dow Jones* e *S&P500* obtiveram uma valorização de 4,0% e 1,8%, respectivamente, enquanto o índice *Nasdaq* registou uma diminuição de -1,5%, no mesmo período. No Japão, o índice *Nikkei* também manifestou evolução negativa, de -3,8%. Na Europa,

os índices *CAC 40 de Paris*, *DAX de Frankfurt* e *IBEX 35 de Madrid* registaram todos uma valorização, de 5,3%, 5,1% e 7,6%, respectivamente. Em Portugal, à semelhança da Europa, o índice PSI-20 valorizou-se, em 10,3%.

Orientações Estratégicas

Tendo como metas estratégicas, a médio prazo, o aumento da rentabilidade e da eficiência, potenciando a diferenciação institucional, proporcionada pela actividade mutualista, e o aproveitamento de sinergias no seio do grupo de empresas participadas, definiram-se sete grandes Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2006-2008.

Essas linhas têm em vista: (1) dinamizar e rentabilizar as áreas de negócio e os canais de distribuição; (2) diversificar as áreas de actuação, desconcentrando a estrutura dos proveitos; (3) prosseguir a recuperação do crédito vencido; (4) melhorar a gestão prudencial e dos riscos; (5) racionalizar os processos, melhorar a qualidade do serviço e reduzir a progressão dos custos; (6) melhorar a gestão dos recursos humanos; (7) desenvolver acções de responsabilidade social e o *Corporate Governance*.

O desempenho do 1º semestre do corrente ano permitiu elevar os indicadores de rentabilidade e melhorar o indicador de eficiência, em linha com as metas estratégicas definidas. O indicador de Rentabilidade do Activo (ROA-*Return on Assets*) passou de 0,34%, no final de 2005, para 0,42%, no final do 1º semestre de 2006, estando dentro do nível objectivo do ano. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE- *Return on Equity*) também melhorou, de 6,67% para 8,13%, do final de 2005 para o 1º semestre de 2006, tendo-se colocado acima do valor objectivo do ano, de 7,5%, e aproximando-se do objectivo definido para 2008, de 9,6%. O Indicador de Eficiência (COI- *Cost to Income*), que mede a percentagem de Produto Bancário absorvida pelos Custos Operacionais, melhorou, de 60,52% para 58,79%, entre Dezembro de 2005 e Junho 2006, colocando-se dentro do valor objectivo de 58,4%.

Estes níveis de concretização dos objectivos estratégicos resultaram, essencialmente, da dinâmica comercial no mercado do crédito a particulares, sobretudo à habitação, e no crescimento dos recursos captados de clientes, por via da venda cruzada e da diversificação da oferta de produtos de aplicação de poupanças, como os produtos estruturados e os seguros de capitalização.

Paralelamente, a focalização da instituição na recuperação do crédito e juros vencidos e na melhoria da gestão dos riscos, que conta com uma estrutura orgânica autonomizada e especializada e com investimentos significativos, traduziu-se na recuperação de provisões, na redução do rácio de crédito vencido, de 3%, no 1º semestre de 2005, para 2,8%, no 1º semestre de 2006, e na diminuição das provisões líquidas, permitindo minorar o seu impacto sobre os resultados e melhorar os indicadores de qualidade da carteira de crédito, em conformidade com a orientação estratégica. Contudo, nesta área o desempenho ficou aquém do objectivo estratégico de crescimento nulo.

A contenção de custos foi outra das áreas de grande relevância no período, tendo obtido um desempenho em linha com a estratégia definida. Salienta-se a relativa estagnação dos gastos de funcionamento, cujo aumento se situou em 0,4%, neste 1º semestre de 2006, que, mesmo juntando as amortizações, não passam de uma taxa de progressão de 0,7%.

Para alcançar a diversificação das áreas de actividade e desconcentrar a estrutura de proveitos, prosseguiram os desenvolvimentos das medidas lançadas anteriormente a nível dos mercados do crédito, com a criação da Direcção de Empresas e o alargamento do leque de oferta para esse segmento, designadamente a operações de *factoring* e de *leasing* imobiliário.

Em termos do desenvolvimento de acções de Responsabilidade Social, iniciaram-se os trabalhos para implementação de operações de micro-crédito, em parceria com entidades da esfera da economia social, e criou-se o Gabinete de Responsabilidade Social, na dependência do Conselho de Administração, para melhor organizar, articular e consolidar a actuação neste domínio.

Com vista a desenvolver o *Corporate Governance*, nomeou-se um Grupo de Trabalho para proceder ao diagnóstico e propor recomendações de aperfeiçoamento do modelo, sistema e mecanismos de governação, entendendo-se que, no actual contexto de riscos acrescidos, é essencial e estratégico desenvolver a eficácia e preservar os valores éticos e deontológicos de gestão das instituições.

2.2. Canais de Distribuição e Oferta de Produtos e Serviços

Redes de Distribuição

O Montepio Geral terminou o primeiro semestre de 2006 com uma rede de 296 Balcões. A nível internacional, a rede é composta por 6 escritórios de representação e uma sucursal financeira (*off-shore*).

No que diz respeito à evolução dos canais de distribuição complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24), agregados no serviço MG Multicanal, continuou a verificar-se um crescimento assinalável em termos do número de aderentes. Obteve-se, no final de Junho, o valor de 341 mil aderentes, o que representou um crescimento de 8% desde o início do ano. O mesmo efeito de crescimento se sentiu na oferta para empresas (MG Multicanal Empresas), onde se registou um forte incremento, de 20%, no semestre.

No domínio da banca de auto-serviço (*self-service*) e dos pagamentos electrónicos, registou-se um aumento da quota de mercado no número de máquinas MG Multibanco instaladas na rede SIBS, de 5,22%, em Junho de 2005, para 5,50%, em Junho de 2006 (correspondendo a um parque de 609 unidades).

A rede própria de terminais Chave24+ é representada por um total de 259 máquinas, complementada por 24 máquinas de actualização de cadernetas e 2 de emissão e depósito inteligente de cheques.

A actividade dos canais telefónico, de *internet* e *mobile banking* e de *self-service* tem sido fundamental no incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 67%, em termos de número total de operações processadas.

O site público do Montepio Geral na Internet (www.montepiogeral.pt) tem acompanhado o acréscimo da actividade comercial, registando aumentos significativos no número de visitas, atingindo uma média mensal de 560 mil visitantes e 6,7 milhões de *page views*.

Também o portal Casa Habinet (www.habinet.com) surge com importância crescente no complemento à actividade comercial do Crédito à Habitação, já que, na sua missão de prospecção e de proactividade na marcação de entrevistas, esteve associado a 30 milhões de euros em novos contratos durante o semestre.

O semestre foi ainda marcado pela consolidação da presença online do portal automóvel do Montepio Geral (www.mgportalauto.com), que complementa a Solução de Crédito Auto, e pelo lançamento, no final do semestre, do site Montepio Fun (www.montepiofun.com), associado à conta de depósito MG Fun, orientada para um segmento de Clientes menores de idade (7-12 anos).

Oferta de Produtos e Serviços

O primeiro semestre de 2006 foi caracterizado pela diversificação da oferta de produtos e serviços, procurando otimizar a resposta para os clientes particulares, tendo em conta as suas exigências e necessidades financeiras. São de salientar, ao nível dos recursos, os seguintes aspectos:

- Produtos Estruturados

Comercialização de várias emissões do MG Aforro em Caixa 2006, produto sob a forma de Obrigações de Caixa a 3 anos, com uma estrutura do tipo *fixed rate step up*. Foram também comercializados alguns produtos com remuneração indexada à Euribor, designadamente o "MG Euro Rendimento" e o "MG Euro Business". No mês de Maio foram lançados dois produtos com uma remuneração variável, indexada a um índice do sector imobiliário (MG Valor Imobiliário) e a um cabaz de *commodities* (MG Commodities).

A diversificação de produtos estruturados apresentou-se junto dos Clientes como uma solução ajustada aos diversos perfis de risco, com garantia do capital investido na maturidade das aplicações.

- Seguros de Capitalização

No 1º semestre de 2006 foram lançados, em colaboração com a Lusitania Vida, os seguintes produtos:

- "MG Rendimento Seguro 2006", seguro de capitalização a 5 anos, com remuneração fixa garantida, tendo sido já emitidas 3 séries;
- "MG Rendimento Crescente", operação de capitalização a 5 anos e 1 dia, com taxas fixas crescentes;
- "MG Investimento 2006", seguro de capitalização a 10 anos.

- Fundos de Investimento Mobiliário

Lançamento de um novo Fundo de Investimento Mobiliário da família Multi Gestão: - "Multi Gestão Mercados Emergentes". É um Fundo de Fundos constituído por Fundos de Mercados Emergentes, dos quais se destacam os Países "BRIC" (Brasil, Rússia, Índia e China).

Em Março de 2006, os fundos MG Acções Europa, na categoria "Acções Europa – Fundos Domésticos" a três anos, o MG Tesouraria, na categoria "Tesouraria Euro – Fundos Domésticos" a três anos, e o Multi Gestão Prudente, na categoria "Gestão Dinâmica Globais Defensivo – Fundos Domésticos" a um ano, obtiveram o 1º Lugar atribuído pelo Diário Económico/Standard & Poor's 2006.

- Produtos de Poupança para Menores (Oferta MG Fun)

A oferta para Clientes menores de idade, do segmento dos 7- 12 anos, foi reformulada, criando-se um pacote de produtos específico para as necessidades de poupança a médio-longo prazo. Associou-se a personagem infantil "Panda", do Canal televisivo com o mesmo nome, à oferta MG Fun e foi criado um programa de fidelização, tendo por objectivo a continuidade na aposta de rejuvenescimento da base de Clientes.

Na área do Crédito é de destacar:

- Crédito à Habitação

Foi implementado um novo produto, designado "MG Habitação Flexível", que se caracteriza por possibilitar o diferimento da amortização do capital para o final do prazo (até 30% do montante do empréstimo), permitindo ao Cliente a obtenção de uma prestação significativamente inferior à que seria usual.

- Crédito Individual

Foi disponibilizado o "MG Solução Auto", que integra modalidades de crédito e de leasing. Foram realizadas diversas acções para dinamizar e incrementar a carteira de crédito individual.

2.3. Recursos Humanos

Em 30 de Junho de 2006, o número de trabalhadores efectivos totais da CEMG ascendia a 2.874, mais 17 pessoas relativamente ao mês homólogo do ano anterior. Esta variação não teve impacto visível no número de trabalhadores por balcão, mostrando-se em consonância com as orientações no sentido de restringir as admissões de pessoal ao estritamente necessário, salvaguardando as áreas técnicas estratégicas, bem como a continuidade da promoção da mobilidade dos recursos humanos, estimulando a sua polivalência e aproveitando melhor as suas competências e experiência.

Evolução do Efectivo Total de Trabalhadores

EFFECTIVO	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
	Nº Pessoas	Nº Pessoas	Nº Pessoas	Nº Pessoas	%
Efectivo Permanente	2.833	2.829	2.830	-3	-0,1
Contratados a Termo	24	24	44	20	83,3
Total	2.857	2.853	2.874	17	0,6
Nº Balcões	297	295	296	-1	
Efectivo Total/Nº Balcões	9,6	9,7	9,7	0,1	

2.4. Investimento não Financeiro

O valor do investimento em imobilizado não financeiro atingiu o montante de 9.720 milhares de euros (m.e.), destacando-se o investimento em informática, com 8.446 m.e., representando 86,9% do total. O crescimento deste tipo de investimento (+6.226 m.e.) foi a principal origem do crescimento total homólogo do investimento não financeiro (+6.506 m.e.).

A melhoria de eficiência e de eficácia, designadamente nos domínios da gestão prudencial, dos riscos e dos recursos humanos, impõe que a ênfase nos investimentos em tecnologia esteja no centro das preocupações.

Investimento Não Financeiro

(milhares de euros)

RUBRICAS DE INVESTIMENTO	1º Sem 2005	2005	1º Sem 2006		Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
Informática	2.220	6.391	8.446	86,9%	6.226	280,4%
Software	1.865	4.486	4.028	41,4%	2.163	116,0%
Hardware	355	1.905	4.418	45,5%	4.063	1144,6%
Imóveis	205	189	241	2,5%	36	17,5%
Instalações, Equipamentos e Outros	789	1.691	1.033	10,6%	244	31,0%
Total	3.214	8.271	9.720	100,0%	6.506	202,4%

2.5. Análise Global de Riscos

Enquadramento

No primeiro semestre de 2006, procedeu-se à aprovação dos novos modelos de rating interno para as principais carteiras de crédito a particulares (habitação, consumo e cartões), bem como para empresas não financeiras e fora do sector da construção civil.

Estes modelos serão introduzidos numa nova plataforma informática, em instalação, durante o segundo semestre de 2006, de modo a permitir a candidatura à abordagem de ratings internos de Basileia II, em 2007.

Estão igualmente em curso novos modelos de scoring para pequenos negócios, bem como de rating interno, para empresas do sector da construção, a concluir até ao final de 2006. Em simultâneo, foram iniciados os trabalhos de desenvolvimento de novos modelos de scoring

comportamentais para retalho de particulares, assim como de estimação do LGD (*Loss Given Default*) para as principais carteiras de crédito.

O modelo de cálculo de imparidade iniciou o seu funcionamento também no decurso do 1.º Semestre de 2006.

Tem-se igualmente prosseguido o esforço de alinhamento com as recomendações de melhores práticas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. Neste âmbito, realçam-se as seguintes acções:

- análise e acompanhamento regular da evolução da carteira de crédito, nomeadamente quanto à sua qualidade e composição, garantias e grau de cobertura e riscos inerentes, aferindo a evolução de probabilidades de incumprimento e a rendibilidade de capitais próprios ajustada de risco (RAROC);
- análise, acompanhamento regular e reporte das carteiras de crédito em situação de atraso;
- monitorização regular dos modelos de *scoring* (reactivo e comportamental) e análise do processo de tomada de decisão, incluindo o controlo da aderência dos modelos às políticas comerciais e de crédito;
- revisão do processo de avaliação de imóveis (colaterais), visando a criação de uma base de dados central;
- melhoria da avaliação dos riscos de mercado, nomeadamente pela integração de metodologias de VaR (*Value at Risk*) na análise das carteiras proprietárias;
- desenvolvimento da análise de mercados financeiros internacionais e de metodologias de aferição e tomada de decisões em alocação de activos, tendo presente a relação entre rendibilidade e risco;
- implementação de modelo de gestão do risco operacional, em conformidade com Basileia II.

O acompanhamento dos riscos de mercado, taxa de juro e cambial insere-se na actividade regular da Direcção de Análise e Gestão de Riscos, que procede à identificação e avaliação das posições de risco global da CEMG, as quais são reportadas regularmente ao Conselho de Administração e ao Comité ALCO (*Assets of Liabilities Committee*).

As políticas de actuação enquadram-se nos princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements* (BIS), sendo, em conjunto com os níveis de risco a assumir, definidas superiormente e revistas sempre que necessário. Tem-se por objectivo contribuir para uma gestão eficiente do

negócio que proporcione a optimização da rendibilidade e do valor patrimonial da Instituição, controlando os diversos riscos envolvidos e as necessidades de capital.

De entre as práticas correntes utilizadas para a avaliação do risco de taxa de juro, destaca-se o recurso a algumas metodologias, como os *gaps* de *repricing* estáticos e dinâmicos, o valor de mercado, o *duration gap* e a análise dos *mismatches* por tipo de indexante, sendo consideradas tanto as operações de balanço, como as operações fora de balanço.

Simultaneamente, são realizados exercícios de *stress testing*, de modo a identificarem-se os impactos na margem financeira e no valor de mercado da Instituição, bem como a generalidade dos riscos implícitos e sua comparação com os limites estabelecidos, que resultam de cenários alternativos de evolução (optimistas e pessimistas) das taxas de juro e dos activos e passivos.

Neste âmbito, a CEMG participou, no primeiro semestre de 2006, no exercício de aferição da estabilidade do sistema financeiro português, promovido pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco de Portugal. A CEMG participou igualmente, durante aquele semestre, no exercício de simulação do efeito de Basileia II, promovido pelo Banco de Portugal.

No segundo semestre de 2005 e no início de 2006, a CEMG realizou igualmente a identificação do risco de taxa de juro da carteira bancária referente a Jun/2005 e Dez/2005, de acordo com a instrução do Banco de Portugal nº. 19/2005.

A avaliação e acompanhamento do risco cambial é feita com regularidade similar à efectuada para o risco de taxa de juro, existindo também limites de exposição definidos para o efeito.

Paralelamente, existem princípios gerais de funcionamento e limites de actuação para a Sala de Mercados, que se encontram definidos em regulamento próprio e são revistos periodicamente. Os limites de exposição assentam no princípio de VaR, sendo complementados por limites de contraparte, *rating* e *stop-losses*.

A monitorização do risco de liquidez é realizada diariamente pela Direcção de Planeamento e Estudos e reportada para a gestão de topo e para os diversos órgãos envolvidos. A análise do risco de liquidez é igualmente efectuada pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos, sendo discutida em sede do comité ALCO.

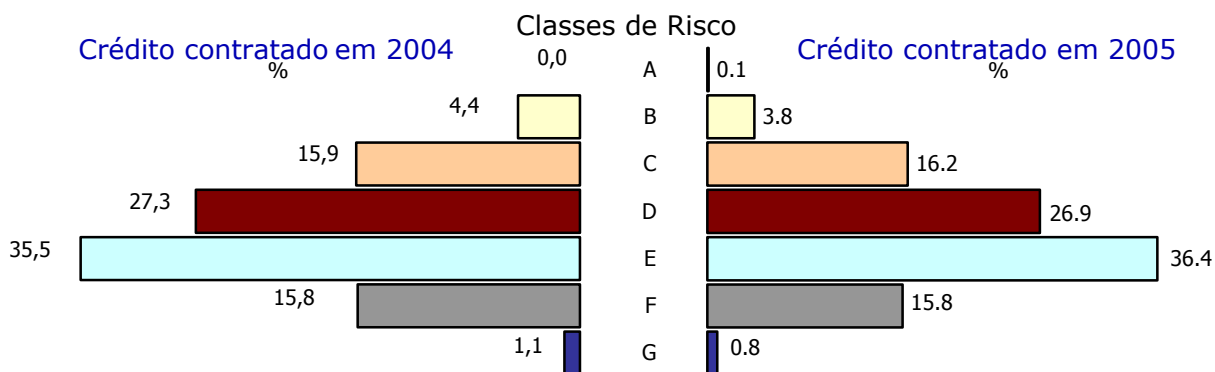
Neste âmbito, são consideradas diversas métricas para o risco de liquidez e realizados exercícios de *stress testing*. De entre os indicadores internos e regulamentares utilizados para avaliação do

risco, destacam-se os *gaps* de liquidez estáticos e dinâmicos, o rácio de liquidez na óptica do Banco de Portugal e o grau de transformação dos depósitos e dos recursos estáveis em crédito.

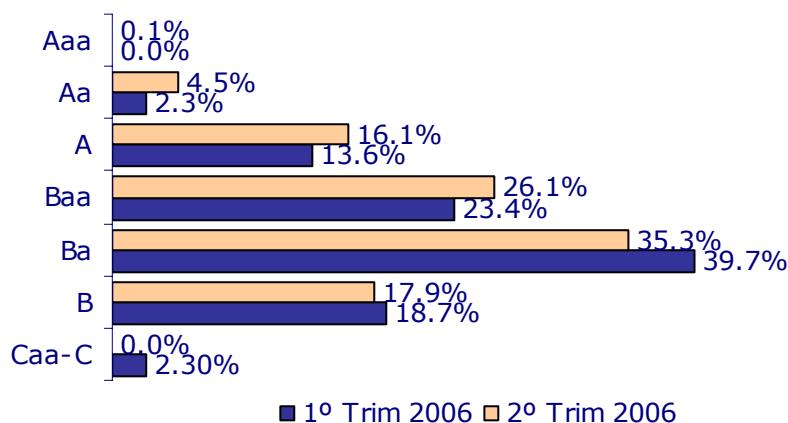
Risco de Crédito

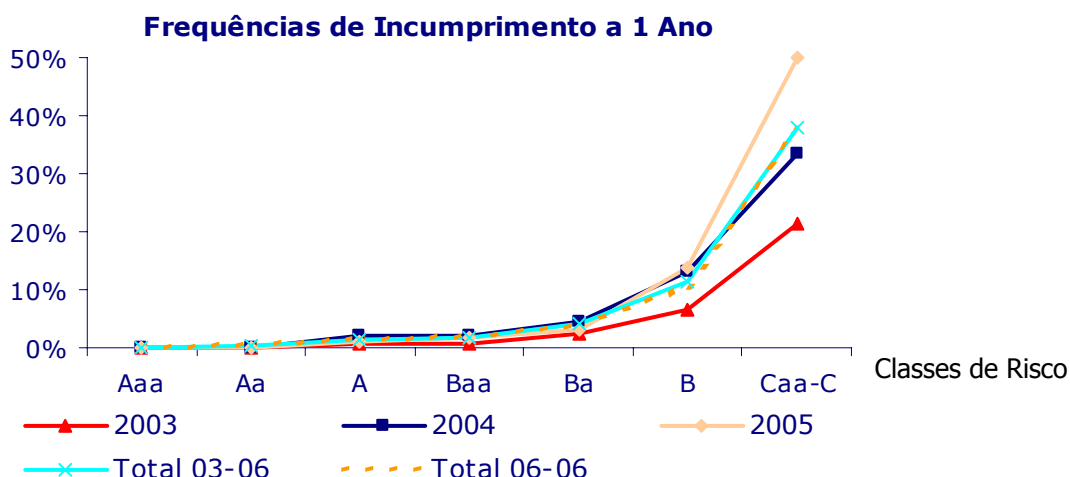
A estrutura da carteira de crédito a empresas e empresários em nome individual, por classes de risco, não registou alterações significativas no primeiro semestre de 2006. No entanto, a evolução adversa da actividade económica conduziu a uma ligeira subida das frequências de incumprimento a um ano nas classes de maior risco de crédito e com peso reduzido na carteira.

Estrutura da carteira de crédito a empresas e empresários em nome individual por classes de risco



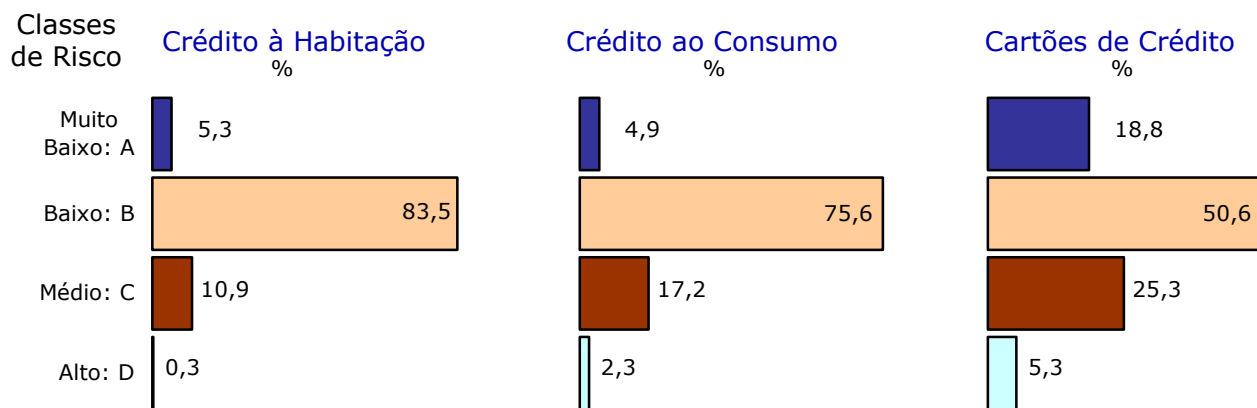
Classes de Risco Contratação por Classe de Risco



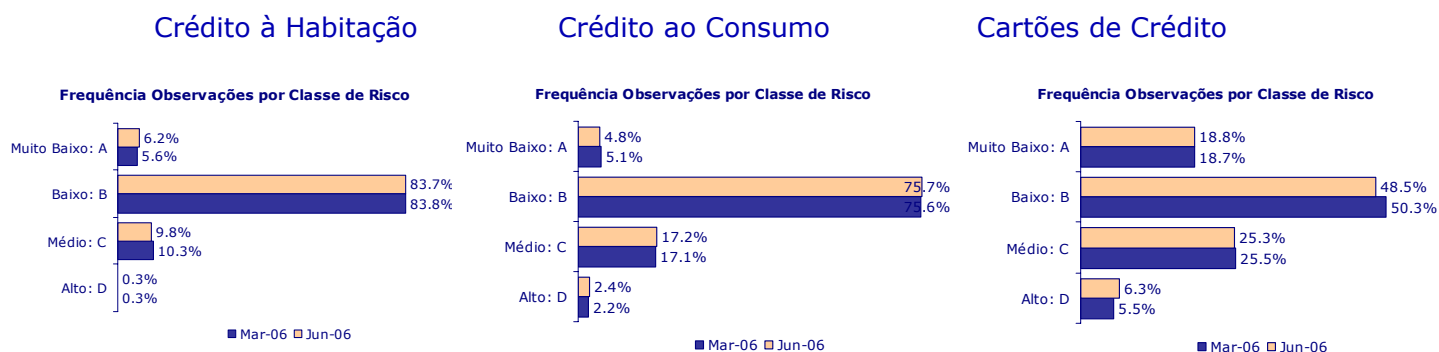


Nas carteiras de crédito a particulares tem-se observado igualmente uma subida das frequências de incumprimento de magnitude moderada, concentrada nas classes de risco mais elevado e, conseqüentemente, com peso reduzido nas carteiras. A estrutura destas carteiras por classes de risco não tem registado alterações significativas.

Estrutura das Principais Carteiras de Crédito a Particulares por Classes de Risco (Dez.05)



Estrutura das Principais Carteiras de Crédito a Particulares por Classes de Risco (Jun.06)



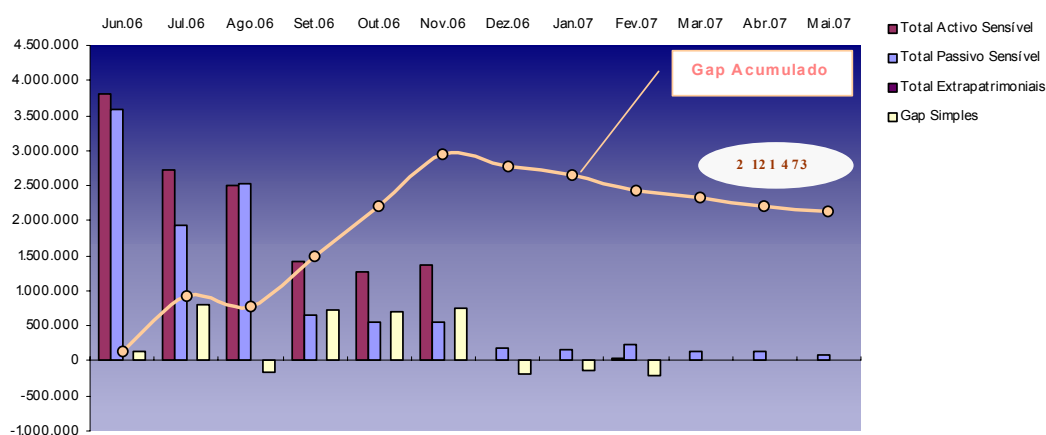
A carteira de investimento da CEMG em títulos manteve um reduzido nível de risco de crédito, sendo composta em cerca de 96% por obrigações e papel comercial, com aproximadamente 70% das aplicações em obrigações evidenciando notações de rating não inferiores à classe A e apenas 2,9% deste volume em títulos de dívida sem rating.

Riscos de Mercado, taxa de juro, cambial e liquidez

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de investimento de títulos, para o horizonte temporal de 10 dias úteis e com graus de confiança de 95% e 99%. Atendendo a que esta carteira é maioritariamente constituída por títulos de dívida de curto prazo e com taxa de juro variável, o VaR apresenta níveis muito reduzidos (cerca de 0.05%, em 31 de Maio de 2006, a 10 dias e 99%).

No que respeita à exposição ao risco de taxa de juro, o gap de *repricing* acumulado para os próximos 12 meses é positivo, no valor de 2,1 milhões de euros, situando-se, em regra, dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração (+/- 72 milhões de Euros).

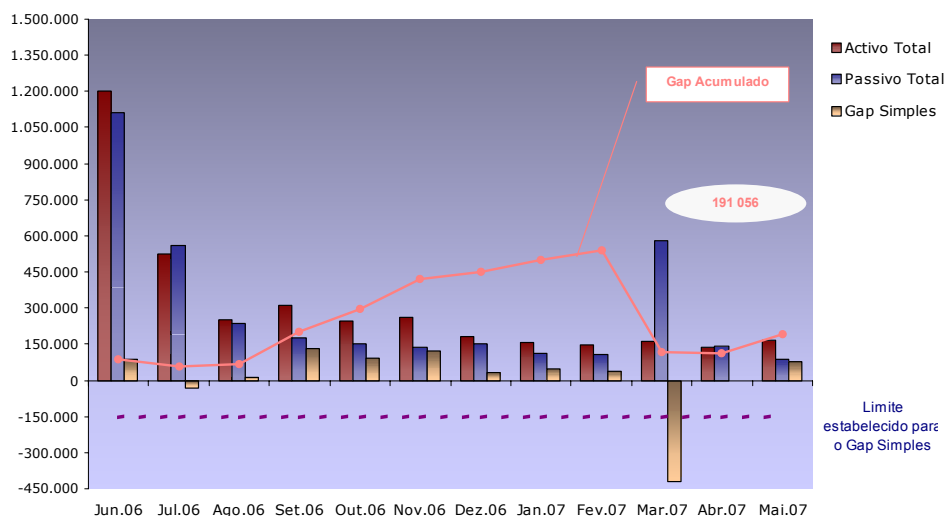
Gaps de Taxa de Juro



Relativamente ao risco cambial, a exposição da CEMG é reduzida, dado existir uma cobertura quase natural entre as posições longas e curtas nas diversas moedas e não existirem *mismatches* significativos por prazos para o vencimento ou para o *repricing*.

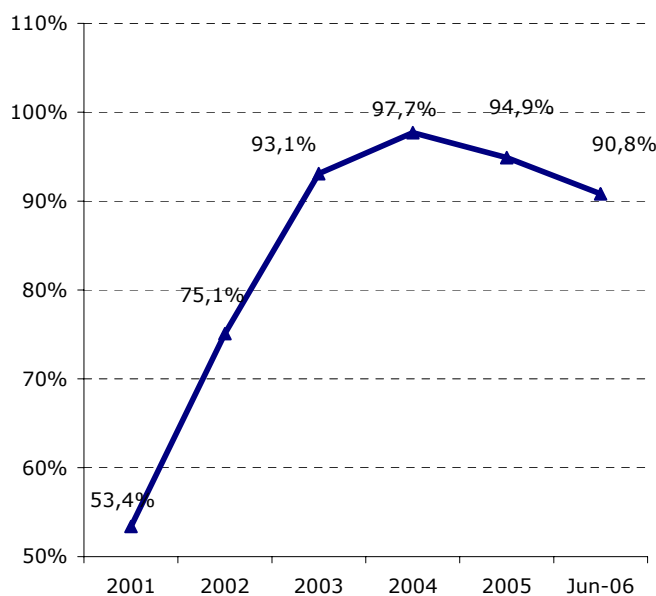
Em 31 de Maio de 2006, o *gap* de liquidez acumulado a doze meses referente à situação patrimonial da CEMG situava-se em 191 milhões de euros.

Gaps de Liquidez



O rácio de liquidez, apurado em conformidade com as exigências do Banco de Portugal, mantém-se em níveis superiores ao valor mínimo exigido.

Rácio de Liquidez



Por forma a assegurar a manutenção do risco de liquidez dentro dos parâmetros a que se propôs e daqueles que lhe são requeridos pela entidade de supervisão, a CEMG mantém relações com o mercado e com outras Instituições, principalmente através das seguintes formas de financiamento:

- a) linhas disponíveis no Mercado Monetário Interbancário;

- b) linhas de crédito abertas nos bancos internacionais correspondentes da CEMG;
- c) facilidades de crédito do Banco Central Europeu, contra garantias (operações *repo*), nomeadamente, pelos títulos elegíveis que a CEMG tem em carteira;
- d) emissão de obrigações ou de certificados de dívida, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos em Euros a Médio Prazo, que negociou;
- e) realização de operações de titularização de créditos.

Complementarmente, por forma a fomentar a captação de recursos de clientes, bem como a contribuir para aumentar a estabilidade do *funding*, a Instituição tem vindo a criar mecanismos de incentivo à angariação de fundos pela rede comercial, bem como a desenvolver produtos alternativos de captação de aforro que se apresentem atractivos para os clientes (produtos estruturados), por prazos mais longos que os instrumentos bancários tradicionais de captação de poupanças.

Risco Operacional e de *Compliance*

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou factores externos.

A gestão do risco operacional assume, no contexto do novo acordo do Comité de Basileia, uma importância fulcral, dado que as instituições terão de alocar capital a este tipo de riscos e evoluir de uma gestão tradicional para uma gestão integrada, de acordo com princípios de boas práticas definidos.

A CEMG encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento dos trabalhos de implementação de um sistema integrado de gestão e controlo do risco operacional, suportado em ferramenta informática específica de apoio a todas as fases do ciclo de gestão deste tipo de riscos: identificação, autoavaliação, monitorização e medição ou cálculo do capital.

No final de 2005, foi criado o Departamento de Risco Operacional, inserido na Direcção de Análise e Gestão de Riscos, dedicado à gestão do risco operacional e a coordenar os trabalhos com vista a adoptar o método Standard para cálculo dos requisitos de capital aquando da entrada em vigor do acordo de Basileia II, criando simultaneamente condições para a adopção, no futuro, do método mais avançado “AMA – *Advanced Measurement Approaches*”.

A gestão do risco operacional é efectuada pelo referido departamento, que actua de forma transversal e em colaboração com interlocutores responsáveis pela gestão do risco operacional em cada uma das unidades orgânicas. Estes têm a responsabilidade de garantir a aplicação do manual de políticas e procedimentos em todas as fases do ciclo de gestão do risco operacional no âmbito da sua área de competência, bem como a incumbência de propor o estabelecimento de medidas de acção preventivas e de correcção.

Dos trabalhos já realizados, é de salientar o levantamento de actividades/processos, identificação de riscos e controlos de grande parte dos serviços centrais, bem como a autoavaliação dos mesmos, tendo como base de suporte a ferramenta informática de apoio - GIRO - Gestão Integrada do Risco Operacional. Importa igualmente referir os trabalhos de estruturação da base de dados de eventos para recolha automática dos registos contabilísticos, que permitirá a modelização no âmbito de metodologias avançadas para o cálculo de requisitos de capital.

A Instituição continuou a rever os principais processos da sua actividade, tendo procedido à introdução de melhorias nos procedimentos e nos mecanismos de controlo a diversos níveis, nomeadamente nos sistemas de informação, processos operativos de crédito e controlo interno em geral.

No âmbito do risco de *compliance* a CEMG desenvolve a sua actividade de acordo com a regulamentação aplicável ao sistema financeiro e aos mercados de valores mobiliários, existindo normativos, procedimentos e mecanismos automáticos de controlo interno para um controlo sistemático da actividade e dos processos.

A Direcção de Auditoria Interna, no âmbito das suas funções, verifica o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, bem como a adequação dos sistemas de controlo implementados, procedendo ao respectivo reporte ao Conselho de Administração.

3. Actividade da CEMG

No 1º semestre de 2006, o crescimento da actividade da Caixa Económica Montepio Geral, na vertente do negócio com clientes, traduziu-se num aumento dos recursos totais de clientes de 14,8%, face a igual período de 2005, enquanto que o crédito concedido cresceu 12,1%, no mesmo período.

Dos recursos totais de clientes, no valor de 12.781.966 m.e., 66,6% pertencem aos recursos com registo no balanço, também designados por recursos de intermediação, constituídos, na sua maior parte, por depósitos. Os recursos representados por títulos colocados em clientes, não obstante o seu franco crescimento, representavam apenas 5,2% do total dos recursos de clientes com registo no balanço.

Em oposição ao quadro de fraca atractividade dos depósitos tradicionais, os recursos de desintermediação, que constituem a componente com registo fora do balanço, observaram um aumento homólogo de 21,1%, essencialmente por via do crescimento da carteira dos títulos depositados, a maior componente deste tipo de recursos.

O bom desempenho da generalidade dos índices bolsistas no 1º semestre de 2006 contribuiu para a reanimação desta carteira e para o aumento dos negócios associados.

Evolução dos Principais Agregados do Negócio com Clientes

(milhares de euros)

VARIÁVEIS DE NEGÓCIO	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos								
Total de recursos de clientes	11.129.854	100,0	11.956.890	100,0	12.781.966	100,0	1.652.112	14,8
<i>dos quais:</i>								
Com registo no Balanço	7.600.071	68,3	8.164.060	68,3	8.508.164	66,6	908.093	11,9
Com registo fora do Balanço	3.529.784	31,7	3.792.830	31,7	4.273.802	33,4	744.018	21,1
Aplicações								
Crédito a clientes	11.138.985		11.796.078		12.484.655		1.345.670	12,1
<i>do qual:</i>								
Crédito hipotecário	9.729.160	87,3	10.361.052	87,8	10.979.509	87,9	1.250.349	12,9
Crédito e Juros Vencidos	334.841	3,0	331.489	2,8	348.140	2,8	13.299	4,0

Não obstante alguma instabilidade que tem caracterizado o sector imobiliário, o crédito total ascendeu a 12.484.655 m.e., uma evolução de +12,1%, em termos homólogos. É de salientar que 87,9% da carteira de crédito tem garantia hipotecária, representando a parcela de crédito e juros vencidos 2,8% do total.

Com o intuito de aumentar a penetração no segmento das empresas fora do sector da construção, em Agosto de 2005, a rede comercial da CEMG foi desdobrada na "rede de particulares, empresários em nome individual e construção" e na "rede de empresas", para a qual se tem vindo a deslocar o negócio correspondente.

3.1. Activos de Negócio

O activo líquido, no valor de 14.531.179 m.e., registou um acréscimo homólogo de 1.654.433 m.e., a que correspondeu uma taxa de crescimento de +12,8%.

Estrutura do Activo

(milhares de euros)

RUBRICAS DO ACTIVO	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações financeiras								
Activos de liquidez	1.127.441	8,7	1.212.674	8,7	1.055.196	7,3	-72.245	-6,4
Caixa e disponibilidades em Bancos	349.202	2,7	302.103	2,2	293.015	2,0	-56.187	-16,1
Aplicações em inst. de crédito	778.239	6,0	910.571	6,5	762.181	5,3	-16.058	-2,1
Crédito a clientes (líquido de provisões)	10.895.535	84,6	11.533.417	82,7	12.198.588	83,9	1.303.053	12,0
Activos financeiros detidos p/negociação					15.641	0,1	15.641	-
Activos financ.ao justo valor através de resultados					2.961	0,0	2.961	-
Activos financeiros detidos para venda	474.894	3,7	680.579	4,9	857.652	5,9	382.758	80,6
Investimentos detidos até maturidade	34.869	0,3	34.849	0,2	34.943	0,2	74	0,2
Derivados de cobertura					7.743	0,1	7.743	-
Outras aplicações								
Activos não correntes detidos p/venda	104.562	0,8	99.566	0,7	96.739	0,7	-7.823	-7,5
Imóveis e outras aplicações	239.445	1,9	389.908	2,8	261.716	1,8	22.271	9,3
Total de Activos Líquidos	12.876.746	100,0	13.950.993	100,0	14.531.179	100,0	1.654.433	12,8

A carteira de crédito líquida de provisões, em 30 de Junho de 2006, representava 83,9% do total do activo líquido (-0,7 p.p. que em igual data do ano anterior), registando um crescimento de 12,0% face ao período homólogo.

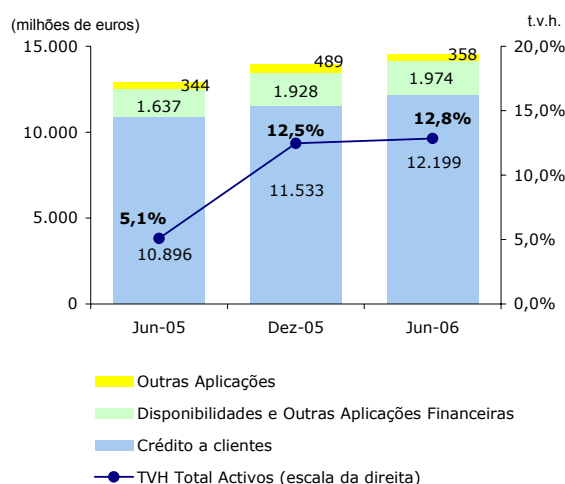
Os activos de liquidez, que agregam as rubricas de caixa, disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito nacionais e estrangeiras, representavam 7,3% do activo, em 30 de Junho de 2006, tendo-se verificado uma redução homóloga de 6,4%, por via da acentuada quebra das disponibilidades.

Os activos financeiros detidos para negociação são fundamentalmente constituídos pelo conjunto de instrumentos derivados com justo valor positivo – SWAPS que, por força da adesão da CEMG às NIC/NCA (Normas Internacionais de Contabilidade / Normas de Contabilidade Ajustadas), passaram a ser relevados contabilisticamente como activos.

Os activos financeiros detidos para venda e que integram a carteira de títulos elegíveis para operações junto do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu, registaram um crescimento de 80,6%, o que contribuiu, juntamente com os títulos detidos até à maturidade, para assegurar o cumprimento do nível das exigências prudenciais no âmbito do rácio de liquidez.

Os investimentos detidos até à maturidade (Obrigações do Tesouro) ascenderam a 34.943 m.e., revelando um ligeiro crescimento de 0,2%.

Representação Gráfica da Estrutura do Activo



3.1.1. Crédito a Clientes

O crédito concedido registou um crescimento homólogo de +12,1%, tendo o crédito à habitação apresentado o maior crescimento absoluto, 879.191 m.e. (+13,3%), aumentando o seu peso na estrutura da carteira para 60,1% (+0,6 p.p. face ao período homólogo).

No final do primeiro semestre de 2006, o saldo do crédito à habitação titularizado ascendeu a 895.618 m.e., revelando uma queda, de 15,4%, face ao período homólogo.

Em termos de segmentos de clientes, a carteira de crédito da CEMG continuou maioritariamente composta por particulares, cujo peso passou para 64,9% do total (+2,2 p.p., face ao período homólogo), a que correspondeu um crescimento de 1.116.795 m.e. (+16,0%).

Crédito por Segmentos e por Finalidades

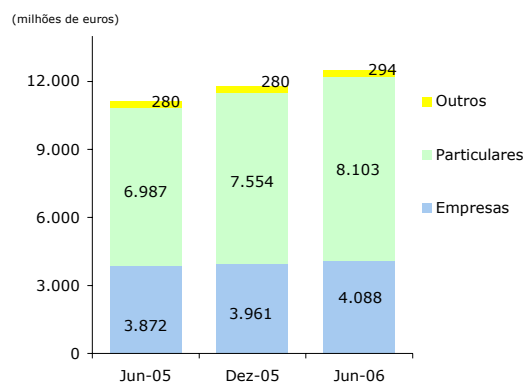
SEGMENTOS FINALIDADES	(milhares de euros)							
	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Empresas	3.872.212	34,8	3.960.754	33,5	4.088.163	32,7	215.951	5,6
Construção	2.062.210	18,5	2.109.587	17,9	2.148.920	17,2	86.710	4,2
Investimento	938.872	8,4	970.214	8,2	1.005.448	8,1	66.576	7,1
Tesouraria	809.094	7,3	818.388	6,9	865.195	6,9	56.101	6,9
Outras Finalidades	62.036	0,6	62.565	0,5	68.600	0,5	6.564	10,6
2 - Particulares	6.986.601	62,7	7.554.437	64,1	8.103.396	64,9	1.116.795	16,0
Habitação	6.629.337	59,5	7.076.337	60,0	7.508.528	60,1	879.191	13,3
<i>Habitação com a Titularização</i>	<i>7.688.007</i>		<i>8.049.933</i>		<i>8.404.146</i>			
Outras Finalidades	357.264	3,2	478.100	4,1	594.868	4,8	237.604	66,5
3 - Inst. Sem Fins Lucrativos	53.601	0,5	51.402	0,4	47.381	0,4	-6.220	-11,6
4 - Comerciantes e Prof. Liberais	166.605	1,5	170.925	1,5	188.321	1,5	21.716	13,0
5 - Sector Públ. Administrativo	59.966	0,5	58.560	0,5	57.394	0,5	-2.572	-4,3
TOTAL	11.138.985	100,0	11.796.078	100,0	12.484.655	100,0	1.345.670	12,1

O crédito a empresas cresceu 5,6%, passando a representar 32,7% na estrutura da carteira (-2,1 p.p.). A sua maior componente continuou a residir no crédito à construção, correspondendo a 17,2% do total (-1,3 p.p. relativamente ao período homólogo), registando um crescimento de 4,2%.

Conjuntamente, o crédito à habitação e à construção continuaram a assegurar uma quota na carteira de crédito superior a 77%, o que testemunha a natureza da CEMG como Instituição especializada na área do crédito imobiliário.

O crédito concedido a comerciantes e profissionais liberais teve um crescimento de 21.716 m.e. (+13,0%), enquanto que o crédito concedido a instituições sem fins lucrativos e ao sector público administrativo registou quedas na ordem dos 11,6% e 4,3%, respectivamente (embora o seu peso estrutural não se tenha alterado de forma significativa, tendo-se mantido em 0,4% e 0,5%, respectivamente).

Crédito por Segmentos



A realização de novos contratos de crédito, no período em análise, foi superior em 7.135 contratos de crédito (+14,4%) e em 298.050 m.e. (+16,4%), comparativamente com o período homólogo.

Contratos de Crédito Realizados por Segmentos e por Finalidades

(milhares de euros)

FINALIDADES	2005						2006			Variações Homólogas			
	1º Semestre			Total do Ano			1º Semestre			Quantidade		Valor	
	Qtd	Valor	%	Qtd	Valor	%	Qtd	Valor	%	Abs.	%	Abs.	%
1 - Empresas	15.291	920.070	50,5	31.390	2.004.568	50,7	16.511	1.047.285	49,4	1.220	8,0	127.215	13,8
Construção	556	506.828	27,8	1.185	1.103.595	27,9	638	532.639	25,1	82	14,7	25.811	5,1
Investimento	817	96.677	5,3	1.715	228.494	5,8	1.094	160.681	7,6	277	33,9	64.004	66,2
Tesouraria	13.803	300.786	16,5	28.243	635.123	16,1	14.621	347.586	16,4	818	5,9	46.800	15,6
Outras Finalidades	115	15.779	0,9	247	37.356	0,9	158	6.379	0,3	43	37,4	-9.400	-59,6
2 - Particulares	32.602	865.943	47,5	64.512	1.868.026	47,3	38.198	1.016.472	48,0	5.596	17,2	150.529	17,4
Habitação	9.498	712.722	39,1	19.529	1.529.160	38,7	9.840	811.074	38,3	342	3,6	98.352	13,8
Outras Finalidades	23.104	153.221	8,4	44.983	338.866	8,6	28.358	205.398	9,7	5.254	22,7	52.177	34,1
3 - Inst. S/ Fins Lucrativos	72	4.794	0,3	126	7.584	0,2	61	4.147	0,2	-11	-15,3	-647	-13,5
4 - Comerc. e Prof. Liberais	1.563	29.937	1,7	3.338	71.015	1,8	1.897	51.256	2,4	334	21,4	21.319	71,2
5 - Sector Públ. Admin.	10	538	0,0	12	1.676	0,0	6	172	0,0	-4	-40,0	-366	-68,1
TOTAL	49.538	1.821.282	100,0	99.378	3.952.869	100,0	56.673	2.119.332	100,0	7.135	14,4	298.050	16,4

3.1.1.1. Crédito à Habitação

A carteira do crédito à habitação, para além de um crescimento de saldo de 13,3%, registou um rácio LTV (Loan To Value) de 57,0% (+0,8 p.p., face ao período homólogo) e uma redução do rácio de incumprimento, de 2,2%, em Junho de 2005, para 1,6% (-0,6 p.p.), em Junho de 2006. O montante médio por contrato aumentou nos últimos 6 meses (+3 m.e. por contrato), impulsionado pelo aumento dos valores médios das contratações realizadas no 1º semestre do ano em curso (+7 m.e. por contrato).

O crédito contratado no 1º semestre apresentou um rácio LTV de 69,3%, superior em 12,3 p.p. ao rácio da carteira existente e em +2,5 p.p. ao rácio dos contratos realizados no 1º semestre de 2005.

(milhares de euros)

CRÉDITO À HABITAÇÃO	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
				Absoluta	Relativa
Crédito em carteira					
Total da carteira	6.629.337	7.076.337	7.508.528	879.191 m.e.	13,3%
Rácio LTV *	56,2%	56,4%	57,0%	0,8 p.p.	1,4%
Montante médio por contrato	59	61	62	3 m.e.	5,1%
Rácio de CJV (Crédito e Juros Vencidos)	2,2%	1,8%	1,6%	-0,6 p.p.	-27,3%
Crédito novo contratado					
Total de crédito contratado no ano	712.722	1.529.160	811.074	98.352 m.e.	13,8%
Rácio LTV *	66,8%	68,1%	69,3%	2,5 p.p.	3,7%
Montante médio por contrato	75	78	82	7 m.e.	9,3%

* Rácio LTV = Valor da carteira de crédito à habitação / Valor actual das avaliações das cauções associadas

3.1.1.2. Crédito Individual

O crédito individual aumentou 54.186 m.e. (+36,3%) desde 30 de Junho de 2005, com o maior contributo do crédito individual geral, férias e auto, que é também a maior componente do

crédito individual (79,2% do total). O crédito para obras é a segunda maior parcela do crédito individual, com um crescimento, em termos homólogos, de 4.914 m.e. (+15,5%).

O rácio de crédito e juros vencidos da carteira de crédito individual baixou 0,3 p.p. face ao período homólogo, situando-se, no final do semestre, em 0,9%.

(milhares de euros)

CRÉDITO INDIVIDUAL	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Crédito em carteira								
Total da carteira	149.352	100,0	162.559	100,0	203.538	100,0	54.186 m.e.	36,3%
<i>do qual:</i>								
Geral, Férias e Auto	111.307	74,5	120.934	74,4	161.190	79,2	49.883 m.e.	44,8%
Obras	31.604	21,2	35.308	21,7	36.518	17,9	4.914 m.e.	15,5%
Aquisição de títulos	6.441	4,3	6.317	3,9	5.830	2,9	-611 m.e.	-9,5%
Rácio de CJV	1,2%		1,1%		0,9%		-0,3 p.p.	-24,0%

3.1.1.3. Crédito Individual – Revolving

O crédito individual revolving é composto pelo crédito concedido através dos cartões de crédito e dos descobertos autorizados em contas de depósitos à ordem.

O número de cartões de crédito activos aumentou 26,8%, e o crédito concedido +18,8%, situando-se em 24.373 m.e.. Os descobertos em contas de depósitos à ordem atingiram, no mesmo período, o valor de 8.685 m.e., correspondendo a uma diminuição de 4,2%, face ao saldo do período homólogo.

Em 30 de Junho de 2006, o rácio de incumprimento desta carteira foi de 2,2% (-0,1 p.p. do que no período homólogo).

(milhares de euros)

CRÉDITO INDIVIDUAL - REVOLVING	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
				Absoluta	Relativa
Cartões de crédito					
Número de cartões	97.026	105.278	122.984	25.958 Unid.	26,8%
Crédito concedido	20.510	24.286	24.373	3.863 m.e.	18,8%
Descobertos					
Total de crédito	9.064	12.168	8.685	-379 m.e.	-4,2%
Rácio de CJV	2,3%	2,0%	2,2%	-0,1 p.p.	-4,3%

3.1.1.4. Crédito à Construção

O crédito à construção aumentou 86.710 m.e., relativamente a Junho de 2005, tendo subido também o respectivo rácio de incumprimento, em 0,9 p.p., atingindo, no final do primeiro semestre de 2006, 4,0%.

(milhares de euros)

CRÉDITO À CONSTRUÇÃO	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
				Absoluta	Relativa
Crédito em carteira					
Crédito utilizado	2.062.210	2.109.587	2.148.920	86.710 m.e.	4,2%
Montante médio por contrato	640	654	644	4 m.e.	0,6%
Rácio de CJV	3,1%	3,4%	4,0%	0,9 p.p.	29,0%
Crédito não utilizado	921.480	928.026	1.032.118	110.638 m.e.	12,0%
Crédito contratado	2.983.690	3.037.613	3.181.038	197.348 m.e.	6,6%
Crédito novo contratado					
Total de crédito contratado no ano	506.828	1.103.595	532.639	25.811 m.e.	5,1%
Montante médio por contrato	912	931	835	-77 m.e.	-8,4%

O crédito à construção concedido e utilizado representava, em 30 de Junho último, 67,6% do total do crédito contratado nesta finalidade, o que significa que 32,4% do total ainda não foi utilizado.

A degradação da qualidade da carteira de crédito à construção, reflectida no aumento do rácio de incumprimento, está directamente relacionada com a situação recessiva que o sector imobiliário ainda atravessa.

3.1.2. Crédito e Juros Vencidos

O saldo do crédito e juros vencidos atingiu o valor de 348.140 m.e., observando-se, assim, um aumento de 13.299 m.e., face ao valor apurado no final do primeiro semestre de 2005.

Carteira de Crédito e Juros Vencidos por Segmentos e por Finalidades

SEGMENTOS FINALIDADES	(milhares de euros)							
	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	Rácio CJV	Valor	Rácio CJV	Valor	Rácio CJV	Valor	%
1 - Empresas	128.827	3,3	141.622	3,6	173.794	4,3	44.967	34,9
Construção	63.106	3,1	72.292	3,4	86.116	4,0	23.010	36,5
Investimento	34.159	3,6	39.878	4,1	48.720	4,8	14.561	42,6
Tesouraria	30.342	3,8	28.946	3,5	38.371	4,4	8.029	26,5
Outras Finalidades	1.220	2,0	506	0,8	587	0,9	-633	-51,9
2 - Particulares	193.203	2,8	176.932	2,3	160.468	2,0	-32.735	-16,9
Habituação	146.954	2,2	130.653	1,8	116.794	1,6	-30.160	-20,5
Outras Finalidades	46.249	12,9	46.279	9,7	43.674	7,3	-2.574	-5,6
3 - Inst. Sem Fins Lucrativos	742	1,4	998	1,9	1.163	2,5	421	56,7
4 - Comerciantes e Prof. Liberais	11.969	7,2	11.837	6,9	12.521	6,6	552	4,6
5 - Sector Públ. Administrativo	100	0,2	100	0,2	194	0,3	94	94,5
TOTAL	334.841	3,0	331.489	2,8	348.140	2,8	13.299	4,0

O aumento do saldo do crédito e juros vencidos, de +4,0%, em Junho de 2006, reflecte a continuação do fraco dinamismo da economia, com os naturais efeitos na capacidade financeira

dos agentes económicos, nomeadamente os que operam no sector da construção ou com este relacionados.

Em consequência, o grau de incumprimento do segmento de empresas subiu 1,0 p.p., com o rácio de crédito e juros vencidos a atingir 4,3% do crédito total concedido a empresas. Para esta evolução contribuíram as finalidades de crédito à construção, ao investimento e à tesouraria, com os respectivos rácios de crédito e juros vencidos a situarem-se entre os 4,0% e os 4,8%.

Inversamente, a evolução do crédito e juros vencidos do segmento dos particulares, que reduziu 32.736 m.e. (-16,9%), não acompanhou a tendência global, tendo o rácio de crédito e juros vencidos diminuído para 2,0% (-0,8 p.p., face ao período homólogo), determinado pela finalidade da habitação.

No segmento de comerciantes e profissionais liberais, apesar do aumento homólogo de 552 m.e. (+4,6%), no crédito e juros vencidos, o rácio de incumprimento reduziu-se em 0,6 p.p., situando-se em 6,6% no final do período em análise.

Rácios de Crédito Vencido

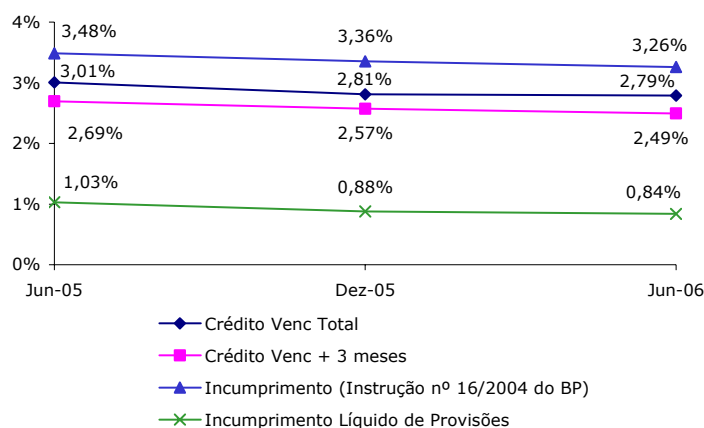
RÁCIOS	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga
	%	%	%	p.p.
Crédito e Juros Vencidos (CJV) Totais / Crédito a Clientes	3,01	2,81	2,79	-0,22
CJV Totais >3 meses / Crédito a Clientes	2,69	2,57	2,49	-0,20
CJV Totais >3mes.+ Crédito de Cobrança Duvidosa (CCD) / Crédito a Clientes *	3,48	3,36	3,26	-0,22
CJV Totais >3mes.+ CCD - Provisões/ Crédito a Clientes - Provisões *	1,03	0,88	0,84	-0,19

* De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

Apesar da evolução desfavorável do saldo global de crédito e juros vencidos, o respectivo rácio desceu 0,22 p.p., de 3,01%, em Junho de 2005, para 2,79%, em Junho de 2006 (nível em que se manteve nos últimos 6 meses).

No mesmo sentido evoluiu o rácio de crédito e juros vencidos com atraso superior a 3 meses (risco efectivo), que se situou em 2,49%, no final de Junho de 2006, representando uma melhoria de 0,20 p.p., face aos 2,69% obtidos na data homóloga de 2005.

Evolução dos Rácios de Crédito e Juros Vencidos



O indicador de incumprimento, definido pelo Banco de Portugal, nos termos da Instrução nº 16/2004, que estabelece a relação do crédito em incumprimento (crédito vencido há mais de 90 dias, adicionado do crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido) com o crédito total, situou-se em 3,26%, quando no final do primeiro semestre de 2005, atingia 3,48% (-0,22 p.p.). Calculando este rácio com valores líquidos de provisões, o indicador baixa para 0,84%, -0,19 p.p. do que o do período homólogo.

3.1.3. Crédito por Tipo de Garantias

A carteira de crédito a clientes da CEMG está maioritariamente caucionada por garantias reais (90,6%), nomeadamente garantias hipotecárias (87,9%), mantendo-se os elevados níveis de colateralização da actividade creditícia da CEMG.

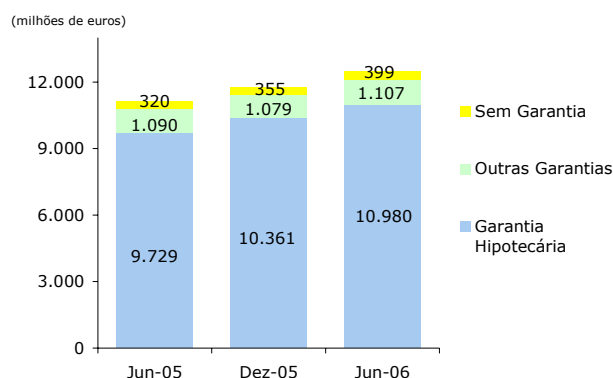
Garantias da Carteira de Crédito

(milhares de euros)

RUBRICAS DE CRÉDITO	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Garantia real-hipotecária	9.729.160	87,3	10.361.052	87,8	10.979.509	87,9	1.250.349	12,9
Garantia real-outra	270.626	2,4	302.084	2,6	338.479	2,7	67.853	25,1
Outras garantias	819.431	7,4	777.488	6,6	768.143	6,2	-51.288	-6,3
Sem garantia	319.768	2,9	355.454	3,0	398.524	3,2	78.756	24,6
Total	11.138.985	100,0	11.796.078	100,0	12.484.655	100,0	1.345.670	12,1

Os créditos sem garantia registaram um crescimento de 24,6%, essencialmente por via do aumento do crédito individual, também a maior componente de crédito sem garantia.

Representação Gráfica da Carteira de Crédito por Tipos de Garantia



3.1.4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Detidos até à Maturidade

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda ascidia, em 30 de Junho de 2006, a 865.402 m.e. (+79,2%), e era constituída, em 97,2%, por obrigações, que registaram um aumento de 383.592 m.e. (+83,8%).

Os activos detidos até à maturidade, constituídos por obrigações do tesouro, ascendiam a 34.943 m.e. e representavam 3,9% do total da carteira dos activos financeiros.

Carteiras de Títulos classificados como Disponíveis para Venda e Detidos até à Maturidade

(milhares de euros)

RUBRICAS DAS CARTEIRAS	Carteira		Rendimento		Variações Homólogas	
	30-Jun-05	30-Jun-06	1ºSem05	1ºSem06	Carteira	Rendimento
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	%
Títulos Disponíveis para Venda	482.826	865.402	6.925	17.280	79,2	149,5
Obrigações do Tesouro	67	65	154	2	-3,0	-99,0
Obrigações Classe D-Pelican	8.850	8.850	3.201	6.606	0,0	106,4
Obrigações de Outros Emissores	448.559	832.153	3.566	10.672	85,5	199,3
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	12.375	12.247			-1,0	
Acções e similares	6.278	5.607	4		-10,7	
Participações Financeiras	6.697	6.480			-3,2	
Títulos Detidos até à Maturidade	34.869	34.943	567	703	0,2	24,0
Obrigações do Tesouro	34.869	34.943	567	703	0,2	24,0
Total	517.695	900.345	7.492	17.983	73,9	140,0
Provisões/Imparidade	7.932	7.750			-2,3	
Total Líquido	509.763	892.595			75,1	

3.1.5. Carteira de Participações Financeiras

A carteira de participações financeiras da CEMG não registou alterações desde Dezembro de 2005.

Evolução das Participações Financeiras

(milhares de euros)

EMPRESAS	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06
Participações Financeiras			
Caixa Económica de Cabo Verde	1.444	1.444	1.444
Banco MG Cayman	15.307		
Banco MG Cabo Verde		7.001	7.001
Futuro S G Fundos Pensões	587	419	419
Lusitania Vida C ^a Seguros	5.202	5.202	5.202
Lusitania C ^a Seguros	10.816	10.816	10.816
UNICRE	311	311	311
SIBS	1.074	1.074	1.074
EURONEXT	1.841	1.841	1.841
Banco de África Ocidental	174	174	174
Banco Desenv. Com. Moçambique	912	912	912
Moçambique C ^a Seguros	190	190	190
HTA Hotéis Turismo A. Açores	2.000	2.000	2.000
NORFIN - Soc. Gest. Fundos Inv. Imob.	50	50	50
Outras	115	115	115
Sub-Total	40.023	31.549	31.549
Prestações Suplementares de Capital			
HTA Hotéis Turismo A. Açores	1.200	1.200	1.200
Total	41.223	32.749	32.749

A variação homóloga absoluta, no valor de 8.474 m.e., desdobra-se em 8.306 m.e., relativos à diferença de balanço entre o MG Cayman e o MG Cabo Verde, e em 168 m.e., decorrentes do ajustamento do capital social da Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, no final do exercício de 2005.

3.2. Passivos de Negócio

O total do passivo situou-se em 13.739.070 m.e., em 30 de Junho de 2006, e registou uma variação de +12,7%, traduzindo, fundamentalmente, a dinâmica verificada nas responsabilidades representadas por títulos, com um aumento de 674.451 m.e. (+19,1%).

Assim, o conjunto de responsabilidades representadas por títulos, passivos subordinados e certificados de dívida correspondem a 31,1% do total do passivo e capitais próprios (30,0% em Junho de 2005).

Por outro lado, a componente de recursos de clientes, embora tenha registado uma evolução positiva (+3,9%), o seu contributo reduziu-se, de 58,0%, em Junho de 2005, para 53,4%, em Junho de 2006, enquanto que os recursos de outras instituições de crédito aumentaram 75,7% e passaram a representar 8,4% do total do passivo e capitais próprios (+3,0 p.p.).

Estrutura do Passivo

(milhares de euros)

RUBRICAS DO PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo	12.188.124	94,65	13.260.222	95,0	13.739.070	94,5	1.550.946	12,7
Passivos financeiros de negociação					29.930	0,2	29.930	-
Recursos de outras instituições de crédito	692.789	5,4	937.553	6,7	1.217.149	8,4	524.360	75,7
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.463.753	58,0	7.550.069	54,1	7.757.904	53,4	294.151	3,9
Responsabilidades representadas por títulos	3.538.741	27,5	4.080.422	29,2	4.213.192	29,0	674.451	19,1
Derivados de cobertura					6.253	0,0	6.253	-
Provisões	81.058	0,6	84.675	0,6	88.394	0,6	7.336	9,1
Outros passivos subordinados	320.463	2,5	310.649	2,2	310.785	2,1	-9.678	-3,0
Outros passivos	91.320	0,7	296.854	2,2	115.463	0,8	24.143	26,4
Capitais Próprios	688.622	5,3	690.771	5,0	792.109	5,5	103.487	15,0
Total do Passivo e Capitais Próprios	12.876.746	100,0	13.950.993	100,0	14.531.179	100,0	1.654.433	12,8

3.2.1. Recursos Alheios de Intermediação

O saldo dos depósitos de clientes e dos títulos colocados em clientes ascendeu a 8.170.744 m.e., representava 59,9% do total de recursos alheios e registou um crescimento homólogo de 737.576 m.e. (+9,9%), mantendo a evolução crescente que se tem vindo a verificar desde o final de 2005.

Recursos Alheios de Intermediação

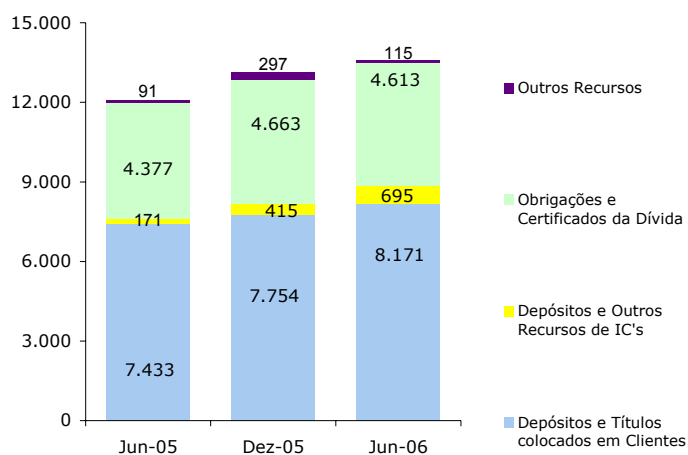
(milhares de euros)

RECURSOS	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
De Clientes	7.433.168	61,4	7.754.253	58,75	8.170.744	59,86	737.576	9,9
Depósitos à Ordem de Clientes	2.115.046	17,5	2.241.727	17,0	2.194.570	16,1	79.524	3,8
Depósitos à Prazo de Clientes	3.399.188	28,1	3.534.636	26,8	3.938.971	28,9	539.783	15,9
Depósitos de Poupança de Clientes	1.918.934	15,8	1.742.890	13,2	1.597.503	11,7	-321.431	-16,8
Total de Títulos Colocados em Clientes			235.000	1,8	439.700	3,2	439.700	
De Instituições de Crédito	171.101	1,4	415.129	3,2	694.741	5,1	523.640	306,0
Depósitos	166.903	1,4	409.807	3,1	337.420	2,5	170.517	102,2
Outros Recursos	4.198	0,0	5.322	0,1	357.321	2,6	353.123	8.411,9
Emissão de Obrigações e Certificados da Dívida	4.376.891	36,2	4.663.391	35,4	4.613.199	33,8	236.308	5,4
Obrigações Subordinadas	319.952	2,6	309.976	2,4	309.976	2,3	-9.976	-3,1
Obrigações Não Subordinadas	3.538.939	29,3	3.835.415	29,1	3.785.223	27,7	246.284	7,0
Certificados de Dívida	518.000	4,3	518.000	3,9	518.000	3,8	0	0,0
Outros Recursos	125.907	1,0	342.775	2,6	171.992	1,2	46.085	36,6
TOTAL RECURSOS	12.107.067	100,0	13.175.548	100,0	13.650.676	100,0	1.543.609	12,7

Do conjunto dos recursos de intermediação, 33,8% referem-se a obrigações e certificados de dívida, que, no período e em conjunto, cresceram 5,4%, com destaque para as obrigações não subordinadas, que representavam 27,7% dos recursos alheios totais, tendo registado um crescimento homólogo de 246.284 m.e. (+7,0%).

Em termos de equilíbrio estrutural da carteira de recursos alheios de intermediação importa salientar o peso dos recursos de clientes representados por títulos, que já representavam 3,2% do total.

Estrutura dos Recursos Alheios de Intermediação



3.2.1.1. Depósitos de Clientes

Relativamente à estrutura dos depósitos por tipo de clientes, em termos homólogos, salienta-se a redução dos depósitos de particulares (-5,2%), que passaram a representar 65,8% do total de depósitos (-7,9 p.p., face à estrutura dos depósitos em 30 de Junho de 2005), em benefício dos restantes segmentos, nomeadamente dos depósitos de instituições de crédito (+102,2%) e do sector público administrativo (+181,4%). O crescimento conjunto destes dois segmentos, em valor, foi superior ao verificado no total da carteira.

A diminuição dos depósitos de particulares está muito associada, quer à aplicação da Directiva da Poupança, com impacto directo nos depósitos de emigrantes, quer à colocação de títulos junto dos clientes, tradicionalmente de depósitos, bem como a maior dinamização dos fundos de investimento.

Apesar da evolução negativa registada na carteira de depósitos dos particulares, verificou-se uma maior consolidação destes recursos, devido a diversas emissões sucessivas de depósitos com uma maturidade de 3 a 5 anos.

Evolução dos Depósitos por Tipo de Clientes

(milhares de euros)

SEGMENTO	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	5.600.517	73,7	5.413.008	68,3	5.308.344	65,8	-292.173	-5,2
Residentes	5.284.771	69,5	5.208.373	65,7	5.182.488	64,2	-102.283	-1,9
Emigrantes	295.909	3,9	190.205	2,4	112.818	1,4	-183.091	-61,9
Outros Não Residentes	19.837	0,3	14.430	0,2	13.038	0,2	-6.799	-34,3
Comerciantes e Profissões Liberais	31.471	0,4	34.423	0,4	39.002	0,5	7.531	23,9
Empresas Não Monetárias	899.163	11,8	1.017.131	12,8	1.008.154	12,5	108.991	12,1
Instituições de Crédito	166.903	2,2	409.807	5,2	337.420	4,2	170.517	102,2
Instituições Sem Fins Lucrativos	689.001	9,1	757.540	9,6	776.141	9,6	87.140	12,6
Sector Público Administrativo	213.016	2,8	297.151	3,7	599.403	7,4	386.387	181,4
TOTAL	7.600.071	100,0	7.929.060	100,0	8.068.464	100,0	468.393	6,2

Os depósitos de empresas não monetárias cresceram 108.991 m.e. (+12,1%), ganhando 0,7 p.p. na estrutura da carteira dos depósitos e passando a representar 12,5% do total. Os depósitos das instituições sem fins lucrativos, que apresentaram uma taxa de crescimento homóloga de 12,6%, aumentaram o peso estrutural na carteira, em 0,5 p.p., passando para 9,6%.

Os depósitos do sector público administrativo registaram o maior crescimento homólogo, +181,4%, tendo passado de 213.016 m.e., em Junho de 2005, para 599.403 m.e., em Junho de 2006.

3.3. Recursos de Desintermediação

Os recursos de desintermediação ascenderam, em 30 de Junho de 2006, a 4.273.802 m.e. (+21,1% face ao período homólogo), representando, em volume, 31,4% do total dos recursos de intermediação (+2,2 p.p., relativamente ao período homólogo).

Para o aumento do volume dos recursos de desintermediação, o maior contributo foi dado pelos títulos depositados, cujo crescimento homólogo foi de 583.001 m.e. (+22,0%).

Recursos de Desintermediação

(milhares de euros)

Recursos de Desintermediação	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Títulos Depositados	2.651.409	2.871.644	3.234.410	583.001	22,0
Fundos de Investimento Mobiliário	367.362	366.530	398.527	31.165	8,5
Fundos de Tesouraria	276.643	263.431	275.823	-820	-0,3
Fundos de Obrigações	24.758	21.198	17.092	-7.666	-31,0
Fundos de Acções	48.374	55.313	57.392	9.018	18,6
Fundos de Fundos	17.587	26.588	48.220	30.633	174,2
Fundos de Investimento Imobiliário	253.169	265.898	284.222	31.053	12,3
Fundos de Pensões Abertos	178.261	177.836	177.158	-1.103	-0,6
Seguros de Capitalização	79.583	110.922	179.485	99.902	125,5
(a) Total de recursos de desintermediação	3.529.784	3.792.830	4.273.802	744.018	21,1
(b) Total de recursos de intermediação	12.072.479	13.129.627	13.594.147	1.521.668	12,6
(a)/(b)	29,2%	28,9%	31,4%	2,2 p.p.	

No âmbito da gestão de activos geridos pelo Grupo MG, a vertente relacionada com os fundos de investimento mobiliários apresentou um saldo de 398.527 m.e. (+8,5%, face ao período homólogo), no qual os fundos de tesouraria continuam os mais representativos, apesar dos fundos de fundos terem registado o maior crescimento homólogo absoluto e relativo, seguidos dos fundos de acções, traduzindo o lançamento dos fundos de mercados emergentes e a dinâmica registada na bolsa portuguesa.

Os seguros de capitalização registaram um crescimento +125,5%, face ao período homólogo.

3.4. Seguros

A actividade de seguros abrange os ramos vida e não vida e decorre das parcerias com as companhias de Seguros do Grupo Montepio Geral, Lusitania Companhia de Seguros e Lusitania Vida.

O número de apólices em carteira cresceu 9,6% nos primeiros seis meses do ano corrente, atingindo as 362.918 apólices, 63,7% das quais pertencentes ao ramo vida.

SEGUROS	(milhares de euros)			
	31-Dez-05		30-Jun-06	
	Apólices	%	Apólices	%
Carteira de seguros	331.268	100,0	362.918	100,0
Vida	210.071	63,4	231.198	63,7
Não Vida	121.197	36,6	131.720	36,3

4. Análise Financeira

4.1. Situação Líquida

Em 30 de Junho de 2006, a situação líquida da CEMG ascendia a 792.109 m.e. (capital + reservas + resultados), registando, relativamente à posição em 30 de Junho de 2005, um acréscimo de 103.487 m.e. (+15,0%). Esta variação compreendeu, por um lado, o incremento dos resultados líquidos referentes ao período (líquido dos resultados distribuídos em 2006, referentes ao exercício de 2005) e o aumento do capital institucional de 100.000 m.e., e por outro, a dedução, como ajustamentos, dos valores negativos apurados por via da introdução das IAS/NCA (referentes a alterações na metodologia de cálculo das responsabilidades com o fundo de pensões, cujo impacto será repartido anualmente até 2012, e às alterações dos critérios de valorimetria de alguns activos).

Evolução da Situação Líquida

(milhares de euros)

Situação Líquida a 30.Jun.2005	688.622
Ajustamentos por via da introdução das IAS	-22.387
Resultado líquido do 2º semestre de 2005	24.536
Situação Líquida a 31.Dez.2005	690.771
Distribuição de Resultados do exercício de 2005	-11.597
Ajustamentos por via da introdução das IAS	-17.080
Aumento de Capital Institucional	100.000
Reservas de Reavaliação	-230
Resultado líquido do 1º semestre de 2006	30.245
Situação Líquida a 30.Jun.2006	792.109

4.2. Conta de Exploração

O resultado do exercício apurado no final do primeiro semestre de 2006, no valor de 30.245 m.e., foi superior em 9.469 m.e. (+45,6%) ao registado em igual período de 2005, estando este crescimento directamente relacionado com a evolução observada, quer na margem financeira, quer no volume dos negócios, quer, ainda, no resultado da venda de imóveis adquiridos por recuperação de crédito, a par de uma boa gestão dos gastos de funcionamento e do risco, com impacto nas provisões.

Demonstração de Resultados Por Funções

(milhares de euros)

AGREGADOS	1ºSem05		2005		1ºSem06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
+ Juros e Proveitos Equiparados Totais (1)	293.878		595.326		316.913		23.035	7,8
- Juros e Custos Equiparados Totais (1)	159.984		326.776		169.297		9.313	5,8
= Margem Financeira	133.894	77,9	268.550	76,8	147.616	81,5	13.722	10,2
+ Resultado Serviço Prestado a Clientes	34.817	20,2	73.799	21,1	33.515	18,5	-1.302	-3,7
Proveitos Comissões e Equiparados	42.382		90.947		41.131		-1.251	-3,0
Custos Comissões e Equiparados	7.565		17.148		7.616		50	0,7
+ Resultado de Operações nos Mercados	1.188	0,7	2.112	2,9	-2.645	-1,5	-3.833	-322,6
Capitais (2)	77		-111		-3.627		-3.704	-4.810,3
Cambial	1.111		2.223		982		-129	-11,6
+ Rendimento de Participações Financeiras	1.818	1,0	3.014	3,2	1.427	0,8	-391	-21,5
+ Resultado de Venda de Imóveis para Negociação	235	0,1	2.350	5,2	1.320	0,7	1.085	461,4
Lucros	1.407		4.138		1.962		555	39,4
Prejuízos	1.172		1.788		642		-530	-45,2
= Produto Bancário de Exploração	171.952	100,0	349.825	100,0	181.233	100,0	9.282	5,4
- Gastos de Funcionamento	100.294	58,3	200.643	57,4	100.669	55,5	375	0,4
Gastos com Pessoal	64.356		128.368		65.215		859	1,3
Gastos com Fornecimentos e Serviços	35.938		72.275		35.454		-484	-1,3
= Resultado Operacional	71.658	41,7	149.182	42,6	80.564	44,5	8.906	12,4
- Amortizações	5.511		11.085		5.878		367	6,7
- Provisões Líquidas	45.371		92.785		44.441		-930	-2,0
= Resultado do Exercício	20.776		45.312		30.245		9.469	45,6

(1) Engloba juros de títulos de rendimento fixo e de operações dos mercados;

(2) Inclui rendimento de ações e de outros títulos de rendimento variável, excepto de participações financeiras.

Os gastos de funcionamento absorveram 55,5% do produto bancário de exploração, -2,8 p.p. face ao período homólogo, apesar do seu crescimento de 0,4%. As amortizações também registaram um ligeiro aumento (+6,7%).

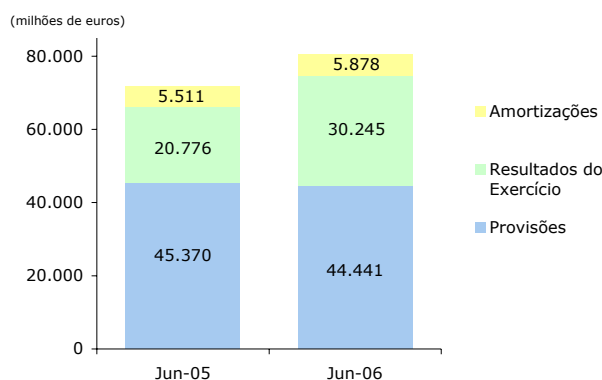
As provisões líquidas ascenderam a 44.441 m.e. (-2,0% em relação ao período homólogo de 2005), reflectindo a continuidade do trabalho de acompanhamento e contenção do crédito em incumprimento, em conjunto com a actuação comercial de maior rigor na selecção da concessão de crédito, possibilitada pelas novos instrumentos e modelos de análise do risco de crédito, designadamente pelas ferramentas do *scoring* e dos *ratings* internos e sua utilização de forma sistematizada.

As diversas melhorias de gestão anteriormente assinaladas possibilitaram um significativo acréscimo do cash-flow (+12,4% em relação ao período homólogo do ano anterior), a par de uma alteração da sua estrutura.

(milhares de euros)					
CASH-FLOW	1ºSem05	2005	1ºSem06	Variação Homóloga	
Cash-Flow Total	71.657	149.182	80.564	8.907	12,4%
Amortizações	7,7%	7,4%	7,3%	-0,4 p.p.	
Provisões Líquidas	63,3%	62,2%	55,2%	-8,1 p.p.	
Resultado do Exercício	29,0%	30,4%	37,5%	8,5 p.p.	

A maior parcela na formação do cash-flow pertenceu, ainda, às provisões líquidas, com 55,2% do total (não obstante o decréscimo verificado de 8,1 p.p., face ao semestre homólogo), seguindo-se o resultado do exercício, com 37,5%, que registou uma subida de 8,5 p.p., no mesmo período. Esta redução do peso estrutural das provisões, em benefício do resultado do exercício, traduz uma melhoria qualitativa da composição do cash-flow.

Estrutura do Cash-Flow



4.2.2. Taxas de Juro Médias Activas e Passivas

Uma gestão mais adequada do *pricing*, não obstante os níveis elevados de concorrência, possibilitou que a taxa de juro média do crédito concedido a clientes ascendesse a 4,44%, registando um aumento de 0,17 p.p., face ao período homólogo. A taxa de juro média das aplicações interbancárias também registou um aumento de 0,20 p.p., enquanto que a taxa de juro média da carteira de obrigações e outros títulos remunerados sofreu uma redução de 0,11 p.p., passando para 4,41%. Em termos globais, e em resultado do valor e sentido das referidas variações, a taxa de juro média das aplicações totais situou-se nos 4,49% (-0,27 p.p., face ao 1º semestre de 2005).

Taxas de Juro Médias por Agregados de Produtos do Activo e Passivo

(milhares de euros)

PRODUTOS	1º Sem05			1º Sem06			Variação		
	Saldo médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos	Saldo médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos	Saldo médio	Taxa Média	Proveitos/ /Custos
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	Valor	p.p.	Valor
Aplicações									
Crédito a Clientes	10.875.255	4,27	230.366	12.152.968	4,44	267.419	1.277.713	0,17	37.053
Disponibilidades	151.842	1,97	1.486	141.644	2,50	1.754	-10.198	0,53	268
Carteira de Títulos	334.309	4,52	7.492	824.612	4,41	18.052	490.303	-0,11	10.560
Aplicações Interbancárias	1.087.411	2,15	11.575	1.062.869	2,35	12.370	-24.542	0,20	795
Outras Aplicações (Swaps)			42.959			15.864			-27.095
Taxa Média das Aplicações	12.448.818	4,76	293.878	14.182.093	4,49	315.459	1.733.275	-0,27	21.581
Recursos									
Depósitos de Clientes	7.535.636	1,73	64.506	7.928.609	1,86	73.104	392.973	0,13	8.598
Recursos Titulados	4.185.434	3,03	62.979	5.317.003	3,11	82.003	1.131.569	0,08	19.024
Recursos Interbancários	106.497	2,02	1.069	101.663	2,58	1.299	-4.834	0,56	230
Outros Recursos (Swaps)			32.230			11.436			-20.794
Taxa Média dos Recursos	11.827.567	2,74	160.783	13.347.275	2,54	167.842	1.519.708	-0,20	7.059

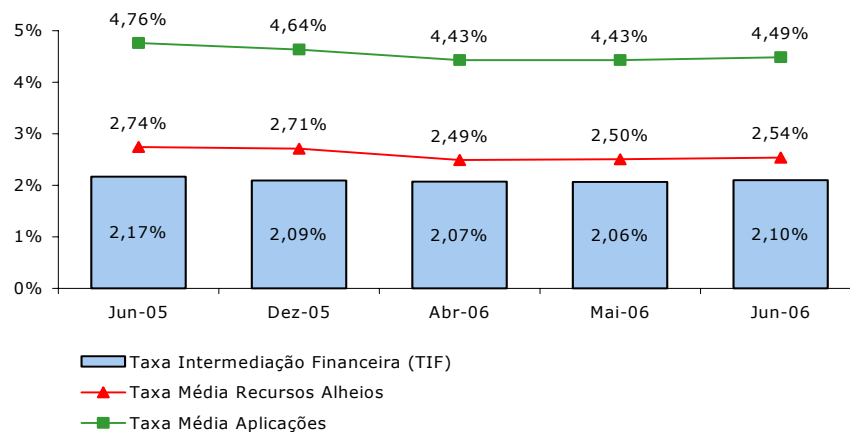
Quanto aos produtos passivos, a taxa de juro média foi de 2,54%, ou seja, -0,20 p.p. do que no período homólogo. Os depósitos observaram um aumento da taxa de juro média, de 0,13 p.p., passando para 1,86%, enquanto que a taxa de juro média dos recursos titulados (obrigações e certificados de dívida) aumentou 0,08 p.p., tendo-se fixado em 3,11%.

A redução das taxas médias globais das aplicações e dos recursos ficou a dever-se, essencialmente, aos valores registados nos swaps.

4.2.3. Taxa de Intermediação Financeira

A Taxa de Intermediação Financeira (TIF), observada no final do primeiro semestre do exercício em curso, foi de 2,10%, ligeiramente inferior à observada no período homólogo (2,17%), isto é, no período entre Junho de 2005 e Junho de 2006, a TIF tem vindo a situar-se em torno desta percentagem, estando influenciada em cerca de +0,15% pelo efeito dos recursos próprios.

Evolução da TIF e Taxas Médias de Aplicações e Recursos



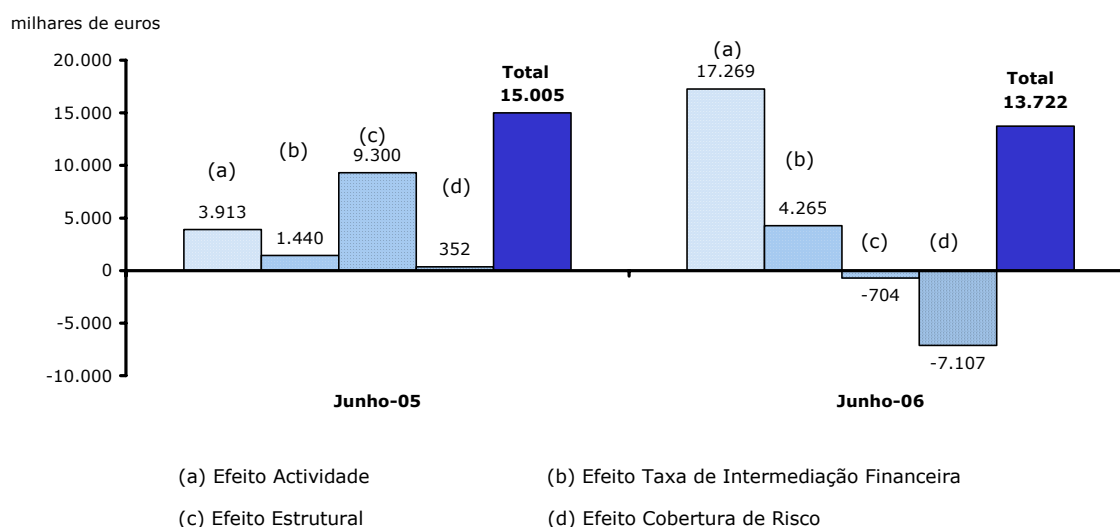
A diferença entre as Taxas Médias de Aplicações e as dos Recursos Alheios não é igual à Taxa de Intermediação Financeira, devido ao efeito positivo na actividade induzida pelos Capitais Próprios.

4.2.4. Margem Financeira

A margem financeira representou 81,5% do produto bancário, tendo, face ao período homólogo, aumentado o seu peso (+3,6 p.p.), em detrimento das restantes componentes do produto bancário e registou uma variação positiva de 10,2% (+13.722 m.e.).

Para este aumento foi fundamental o concurso do efeito positivo da actividade, que teve no crescimento dos saldos da carteira de títulos e da carteira de crédito a clientes os maiores contributos.

Decomposição da Variação da Margem Financeira



O efeito da cobertura de risco decorre da contratação de swaps associada às emissões de empréstimos obrigacionistas e aos produtos estruturados.

4.2.5. Resultado do Serviço Prestado a Clientes

O resultado do serviço prestado a clientes foi de 33.515 m.e., ou seja, 18,5% do produto bancário de exploração, tendo-se verificado um decréscimo de 3,7% face ao período homólogo.

Evolução do Resultado do Serviço Prestado a Clientes

RUBRICAS	(milhares de euros)				
	1ºSem05	2005	1ºSem06	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Comissões-desintermediação	14.065	29.751	16.688	2.623	18,6%
Venda cruzada-Seguros	4.621	9.587	6.304	1.683	36,4%
Venda cruzada-FIM e FII	1.549	3.244	1.812	263	17,0%
Venda cruzada-PPR/PPA Futuro	895	1.791	913	18	2,0%
SIBS-Comissões líquidas	6.301	13.657	6.711	410	6,5%
Cartão de crédito MG Visa	391	845	554	163	41,7%
Comissões de títulos (a)	308	627	394	86	27,9%
Comissões-associadas à intermediação	13.502	28.264	13.372	-130	-1,0%
Prestação de serviços	3.860	7.562	1.782	-2.078	-53,8%
Outras	3.390	8.222	1.673	-1.717	-50,7%
Resultado do Serviço Prestado a Clientes	34.817	73.799	33.515	-1.302	-3,7%
Comissões de Venda Cruzada/Comissões de Desintermediação	50,2%	49,1%	54,1%		3,9 p.p.
Comissões de Desintermediação/Res.Serv.P.a Clientes	40,4%	40,3%	49,8%		9,4 p.p.
Res.Serv.P.a Clientes/Produto Bancário	20,2%	21,1%	18,5%		-1,8 p.p.

(a) Comissões de transação e custódia de títulos de clientes depositados na CEMG, líquidas de despesas

As comissões de desintermediação constituíram 49,8% do resultado do serviço prestado a clientes, tendo registado um crescimento homólogo de 18,6%, essencialmente por via do crescimento das comissões provenientes da venda cruzada de seguros.

4.2.6. Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras realizadas no mercado de capitais sofreram o impacto da introdução das IAS, no que diz respeito à relevação contabilística do justo valor das operações financeiras realizadas, com impacto nos ganhos e perdas decorrentes da relevação contabilística das reavaliações dos swaps de taxas de juro tiveram o maior impacto na variação registada.

(milhares de euros)

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	30-Jun-05	30-Jun-06
	Valor	Valor
Resultados em operações ao justo valor	-187	-3.072
Operações com instituições financeiras avaliadas ao justo valor através de resultados		-1.110
Operações com instituições financeiras detidas para negociação		-2.573
Operações com instituições financeiras detidas até à maturidade	-187	-165
Derivados de Cobertura		776
Resultados em activos disponíveis para venda	264	-555
Acções		
Obrigações	264	-555
Outras		
Total de Resultados em Operações Financeiras	77	-3.627

4.2.7. Rendibilidade (ROA e ROE)

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem a evolução positiva da performance da Instituição no primeiro semestre de 2006. A rendibilidade do activo líquido médio (ROA) situou-se em 0,42%, superior em 0,09 p.p. à obtida em igual período de 2005 e, por sua vez, a rendibilidade dos recursos próprios (ROE) registou uma melhoria de 1,82 p.p., tendo passado de 6,31%, no 1º semestre de 2005, para 8,13%, no 1º semestre de 2006.

Decomposição do ROA e do ROE

RUBRICAS	1º Sem05	2005	1º Sem06	Variação
	%	%	%	Homóloga p.p.
(+) Rácio de Juros e Proveitos Equiparados	4,66	4,52	4,44	-0,22
(-) Rácio de Juros e Custos Equiparados	2,53	2,48	2,37	-0,16
(+) Rácio de Prestação de Serviços a Clientes	0,55	0,56	0,47	-0,08
(+) Rácio de Operações de mercado	0,02	0,02	-0,04	-0,06
(+) Rácio de reposição e anulação Provisões	0,88	0,86	1,18	0,30
(-) Rácio de Constituição de Provisões	1,60	1,56	1,81	0,21
(-) Rácio de Gastos com Fornecimentos e Serviços	0,57	0,55	0,50	-0,07
(-) Rácio de Gastos com Pessoal	1,02	0,97	0,91	-0,11
(-) Rácio de Amortizações	0,09	0,08	0,08	-0,01
(+) Rácio de Outros Prov. Líquidos	0,03	0,02	0,04	0,01
(=) RoA	0,33	0,34	0,42	0,09
(x) Multiplicador (Activo Líquido Médio/Recursos Próprios Médios)	19,18	19,40	19,20	0,02
(=) RoE	6,31	6,67	8,13	1,82

Considerando que o multiplicador manteve a mesma ordem de grandeza, relativamente ao referido período, a melhoria do ROE decorreu directamente da registada pelo ROA, que, por sua vez, teve na reposição de provisões o seu melhor contributo.

4.2.8. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, que agregam os gastos com pessoal (61,2% do total), fornecimentos e serviços de terceiros (33,3% do total) e amortizações (5,5% do total), subiram, no seu conjunto, 0,7%, evoluindo de 105.806 m.e., no final dos primeiros seis meses de 2005, para 106.547 m.e., no mesmo período de 2006.

Gastos Operacionais

(milhares de euros)

RUBRICA	1º Sem05	2005	1º Sem06	Variação Homóloga	
	valor	valor	valor	Valor	%
A Gastos com Pessoal	64.356	128.368	65.215	859	1,3%
Remuneração dos Órgãos de Gestão	1.043	1.061	638	-405	-38,9%
Remuneração dos Empregados	44.643	93.623	46.270	1.627	3,6%
Encargos Sociais Obrigatórios	17.738	32.407	16.963	-775	-4,4%
Outros	932	1.277	1.344	412	44,2%
B Gastos com Fornecimentos e Serviços	35.939	72.275	35.454	-485	-1,3%
Água e Electricidade	1.645	3.409	1.669	23	1,4%
Materiais de Consumo e Impressos	531	1.083	567	36	6,8%
Outros Fornecimentos de Terceiros	208	365	221	13	6,2%
Rendas e Alugueres	9.784	19.579	9.721	-63	-0,6%
Comunicações	3.244	6.975	3.612	368	11,3%
Deslocações e Estadias	667	1.340	794	127	19,0%
Publicidade	6.271	10.591	4.386	-1.885	-30,1%
Custos Trabalho Independente	1.917	3.735	372	-1.545	-80,6%
Conservação e Reparação	1.354	2.814	1.316	-38	-2,8%
Seguros	955	1.920	1.085	130	13,6%
Outros Serviços	9.363	20.464	11.711	2.348	25,1%
C Gastos de Funcionamento (=A+B)	100.295	200.643	100.669	374	0,4%
D Amortizações	5.511	11.085	5.878	367	6,7%
E Gastos Operacionais (=C+D)	105.806	211.728	106.547	741	0,7%
Rácios					
Gastos com o Pessoal/Produto Bancário	37,43%	36,69%	35,98%	-1,45 p.p.	
Gastos com Fornecimentos e Serviços/Produto Bancário	20,90%	20,66%	19,56%	-1,34 p.p.	
Cost-to-Income (Gastos Operacionais/Produto Bancário)	61,53%	60,52%	58,79%	-2,74 p.p.	
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento/Produto Bancário)	56,98%	57,36%	55,55%	-1,43 p.p.	

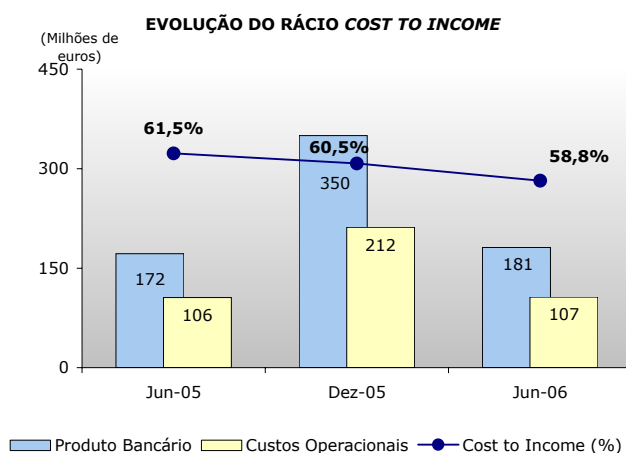
Os gastos com pessoal registaram um crescimento de 1,3%, explicado essencialmente pela evolução das remunerações dos empregados, cujo aumento foi de 1.627 m.e. (+3,6%), face ao mesmo período de 2005.

A variação registada na remuneração dos órgãos de gestão está relacionada com a alteração, em 2005, do critério de contabilização das remunerações, nomeadamente a sua repartição entre a CEMG e a Associação Mutualista.

Os gastos com fornecimentos e serviços observaram um decréscimo de 485 m.e. (-1,3%), salientando-se as reduções dos custos com publicidade, no valor de -1.885 m.e. (-30,1%), e com trabalho independente, no montante de 1.545 m.e. (-80,6%). O crescimento dos outros serviços (+25,1%) está, em parte, relacionado com o aumento da rubrica de serviços de consultadoria,

decorrente da contratação de serviços a consultores externos em áreas vitais para a Instituição, como sejam a adaptação a Basileia II e o desenvolvimento dos instrumentos de gestão na área comercial.

O valor das amortizações do imobilizado apresentou um ligeiro aumento, de 367 m.e. (+6,7%, face ao período homólogo).



Apesar do aumento dos gastos operacionais (+0,7%), o crescimento mais do que proporcional do Produto Bancário (+5,4%) proporcionou uma melhoria do rácio *Cost-to-Income*, de 61,5%, em Junho de 2005, para 58,8%, em Junho de 2006.

4.2.9. Provisões e Imparidade

As provisões totais ascenderam a 420.626 m.e., registando um crescimento de 11,1%, face aos valores de 30 de Junho de 2005.

Evolução das Provisões por Tipos de Activos

TIPOS PROVISÕES	(milhares de euros)							
	30-Jun-05		31-Dez-05		30-Jun-06		Variação Homóloga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Crédito	353.761	93,5	377.038	93,2	394.110	93,7	40.349	11,4
1.1 - Vencido	215.190	56,9	228.372	56,4	239.343	56,9	24.153	11,2
1.2 - Cobrança Duvidosa	58.799	15,5	65.259	16,1	67.270	16,0	8.471	14,4
1.3 - Regularização	3.885	1,0	3.885	1,0	4.159	1,0	274	7,0
1.4 - Riscos Gerais Crédito	75.887	20,1	79.522	19,7	83.338	19,8	7.451	9,8
2 - Risco País	424	0,1	935	0,2	213	0,1	-211	-49,8
3 - Títulos	7.735	2,0	8.176	2,0	7.499	1,8	-236	-3,1
4 - Imóveis de Negociação	8.314	2,2	10.453	2,6	11.221	2,6	2.907	35,0
5 - Riscos Bancários Gerais	3.715	1,0	3.683	0,9	3.674	0,9	-41	-1,1
6 - Outras Aplicações	3.073	0,8	2.929	0,7	2.528	0,6	-545	-17,7
7 - Outros Riscos	1.456	0,4	1.470	0,4	1.381	0,3	-75	-5,2
TOTAL	378.478	100,0	404.684	100,0	420.626	100,0	42.148	11,1

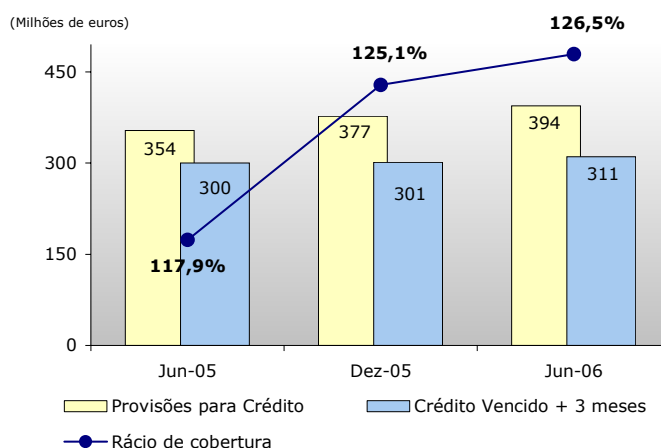
As provisões associadas ao crédito aumentaram 11,4%, face ao período homólogo, verificando-se uma melhoria da taxa de cobertura do Crédito e Juros Vencidos pela totalidade de provisões para crédito (Específicas + Riscos Gerais de Crédito), a qual passou de 105,7% para 113,2%.

Cobertura por Provisões do Crédito e Juros Vencidos

RÁCIOS DE COBERTURA	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga
	%	%	%	p.p.
Provisões Totais Crédito / Crédito Vencido Total	105,7	113,7	113,2	7,5
Provisões Totais Crédito / Crédito Vencido > 3 Meses	117,9	125,1	126,5	8,6
Provisão para Títulos / Carteira Títulos	1,5	1,1	0,8	-0,7
Provisão Imóveis de Negociação / Imóveis de Negociação	7,8	10,0	10,9	3,1
Provisões Totais / Activo Bruto	2,8	2,8	2,8	0,0

Considerando, apenas, a cobertura do Crédito e Juros Vencidos com atraso superior a três meses (risco efectivo) pela totalidade de provisões para crédito, o rácio correspondente subiu de 117,9%, para 126,5%, entre Junho de 2005 e Junho de 2006.

Cobertura por Provisões do Crédito e Juros Vencidos com mais de 3 meses de atraso



4.3. Indicadores de Eficiência e Funcionamento

Os indicadores de eficiência também evidenciaram uma melhoria generalizada, quando comparados com os valores obtidos no primeiro semestre de 2005.

Indicadores de Eficiência e Funcionamento

INDICADORES	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Varição Homóloga
Gastos Operacionais / Produto Bancário (cost to income) (%) *	61,53	60,52	58,79	-2,74 p.p.
Gastos com Pessoal / Produto Bancário (%) *	37,43	36,69	35,98	-1,45 p.p.
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio (%)	1,59	1,52	1,41	-0,18 p.p.
Activo Líquido Médio / N° Médio Trabalhadores (m.e.)	4.461	4.583	5.045	584 m.e.
N° Trabalhadores / Balcão (Quantidade)	9,62	9,67	9,71	0 pessoas

* De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

O Activo Líquido Médio por Trabalhador apresentou, no final do primeiro semestre de 2006, um valor de 5.045 m.e., isto é, +584 m.e. (+13,1%), face ao período homólogo de 2005.

5. Indicadores Prudenciais e Rating

Os fundos próprios elegíveis e os rácios prudenciais mantêm-se confortavelmente dentro dos limites definidos pela supervisão do Banco de Portugal

Fundos Próprios e Rácios de Liquidez e de Solvabilidade

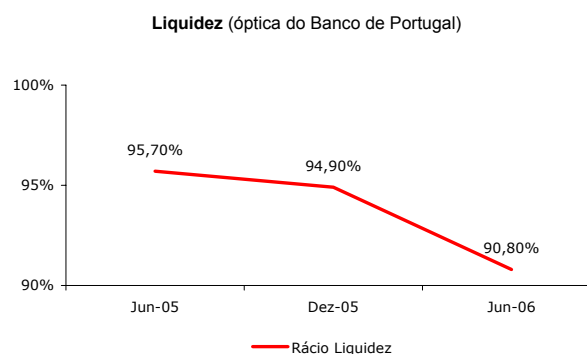
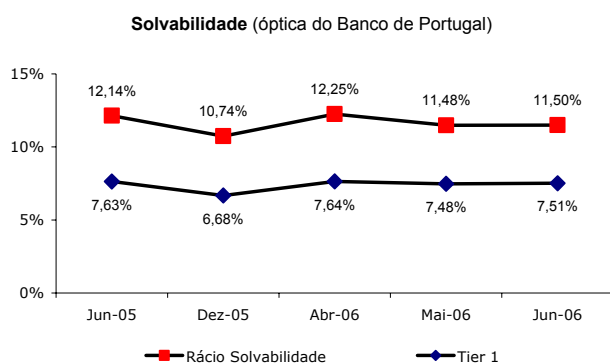
(milhares de euros)

INDICADORES	30-Jun-05	31-Dez-05	30-Jun-06	Variação Homóloga	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Elegíveis	1.035.963	1.010.927	1.117.793	81.830	7,9%
(+) Capital Institucional	485.000	485.000	585.000	100.000	20,6%
(+) Reservas (Legal e Estatutárias)	195.459	219.963	185.770	-9.689	-5,0%
(-) Deduções Regulamentares	28.830	75.962	40.374	11.544	40,0%
(=) Fundos próprios de base	651.629	629.001	730.396	78.767	12,1%
(+) Fundos próprios complementares	328.356	318.380	318.683	-9.673	-2,9%
(+) Provisões para Riscos Gerais de Crédito a)	75.887	79.522	83.338	7.451	9,8%
(-) Deduções	19.909	15.976	14.624	-5.285	-26,5%
2. Fundos Próprios Mínimos	682.133	753.365	777.679	95.546	14,0%
3. Rácios					
Solvabilidade (limite BdP: 8%)	12,14%	10,74%	11,50%	-0,64 p.p.	
Tier 1 (limite BdP: 4%)	7,63%	6,68%	7,51%	-0,12 p.p.	
Imobilizado (limite BdP: 100%)	14,21%	13,68%	13,11%	-1,1 p.p.	
Liquidez (limite BdP: 90%)	95,70%	94,90%	90,80%	-4,9 p.p.	

a) Pela Instrução nº 14/2005 e Carta-Circular nº 26/05/DSPDR, o Banco de Portugal permitiu a inclusão limitada nos fundos próprios complementares das provisões para riscos gerais de crédito, com início em Abril de 2005

Os fundos próprios elegíveis, para efeitos prudenciais, evoluíram de 1.035.963 m.e., em Junho de 2005, para 1.117.792 m.e., em Junho de 2006, o que traduz um aumento no período de 81.829 m.e. (+7,9%) explicado, essencialmente, por:

- aumento do capital institucional de 100 milhões de euros, em conformidade com a decisão da Assembleia Geral de 31 de Março último;
- aumento dos fundos próprios pela emissão de uma nova tranche de obrigações subordinadas por prazo determinado, no valor de 50 milhões de euros;
- redução dos fundos próprios complementares pela liquidação de 50 milhões de euros relativos a obrigações subordinadas de prazo indeterminado, através da liquidação antecipada prevista na emissão;
- dedução aos fundos próprios de Base, de 22,3 milhões de euros, correspondentes ao valor da 1ª prestação do plano de amortização decorrente dos impactos da transição para as NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), relevada em resultados transitados.



Ratings

Desde 1999 que a CEMG se submete ao processo de notação de *rating* junto de duas das mais prestigiadas agências de *rating* internacionais, a *Moody's* e a *Fitch Ratings*. As últimas notações de *rating* atribuídas foram as seguintes:

Notações de Rating		
Agências de Rating	Curto Prazo	Longo Prazo
Fitch Ratings	F2	A-
Moody's	P-1	A3

6. Balanço e Demonstração de Resultados da CEMG, em Base Individual

*Balanço em Base Individual
em 30 de Junho de 2006 e 2005*

(Milhares de euros)

	2006			2005
	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	182 540		182 540	199 424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110 475		110 475	149 778
Activos financeiros detidos para negociação	15 641		15 641	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 961		2 961	-
Activos financeiros disponíveis para venda	857 652		857 652	482 629
Aplicações em instituições de crédito	762 394	213	762 181	778 239
Crédito a clientes	12 509 360	310 772	12 198 588	10 887 800
Investimentos detidos até à maturidade	34 943		34 943	34 869
Derivados de cobertura	7 743		7 743	-
Activos não correntes detidos para venda	110 488	13 749	96 739	104 562
Outros activos tangíveis	168 645	86 699	81 946	81 594
Activos intangíveis	23 703	15 853	7 850	4 453
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunto	26 269		26 269	30 404
Outros activos	145 651		145 651	122 994
Total do Activo	14 958 465	427 286	14 531 179	12 876 746
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	29 930		29 930	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 217 149		1 217 149	692 789
Recursos de clientes e outros empréstimos	7 757 904		7 757 904	7 463 753
Responsabilidades representadas por títulos	4 213 192		4 213 192	3 538 741
Derivados de cobertura	6 253		6 253	-
Provisões	88 394		88 394	81 058
Outros passivos subordinados	310 785		310 785	320 463
Outros passivos	115 463		115 463	91 320
Total do Passivo	13 739 070		13 739 070	12 188 124
Capital				
Capital	585 000		585 000	485 000
Reservas de reavaliação	8 174		8 174	8 404
Outras reservas e resultados transitados	168 690		168 690	174 442
Resultado do exercício	30 245		30 245	20 776
Total do Capital	792 109		792 109	688 622
Total do Passivo + Capital	14 531 179		14 531 179	12 876 746

Lisboa, 18 de Setembro de 2006

O Responsável pela Contabilidade

Armindo Marques Matias

O Conselho de Administração

José da Silva Lopes - Presidente
 Alberto José dos Santos Ramalheira
 Ludovico Morgado Cândido
 José de Almeida Serra
 António Tomás Correia

*Demonstração de Resultados em Base Individual
em 30 de Junho de 2006 e 2005*

(Milhares de euros)

	2006	2005
Juros e rendimentos similares	316 913	293 878
Juros e encargos similares	169 297	159 984
Margem Financeira	147 616	133 894
Rendimentos de instrumentos de capital	1 427	1 818
Rendimentos de serviços e comissões	34 438	31 913
Encargos com serviços e comissões	4 378	4 345
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	- 2 907	- 1
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	- 555	262
Resultados de reavaliação cambial	982	1 111
Resultados de alienação de outros activos	1 155	- 8
Outros resultados de exploração	3 455	7 308
Produto Bancário	181 233	171 952
Custos com pessoal	65 215	64 356
Gastos gerais administrativos	35 454	35 938
Amortizações do exercício	5 878	5 511
Provisões líquidas de reposições e anulações	3 719	6 417
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	39 574	39 410
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0	- 456
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1 148	0
Resultado	30 245	20 776

Lisboa, 18 de Setembro de 2006

O Responsável pela Contabilidade
Armando Marques Matias

O Conselho de Administração
José da Silva Lopes - Presidente
Alberto José dos Santos Ramalheira
Ludovico Morgado Cândido
José de Almeida Serra
António Tomás Correia

Caixa Económica Montepio Geral

**Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares**

30 de Junho de 2006 e 2005



**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA
ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM
SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, da **Caixa Económica Montepio Geral (Caixa)**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 14.531.179 milhares de euros e um total de capital próprio de 792.109 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 30.245 milhares de euros) e nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação da IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara e lícita.

Lisboa, 29 de Setembro de 2006

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC N.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 3 a 63)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração de Resultados para os períodos findos em 30 de Junho de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2006	30 de Junho 2005
Juros e proveitos equiparados	3	316.913	293.878
Juros e custos equiparados	3	169.297	159.984
Margem financeira		147.616	133.894
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1.427	1.818
Resultados de serviços e comissões	5	30.060	27.568
Resultados em operações financeiras	6	(2.090)	924
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	(555)	262
Outros resultados de exploração	8	4.109	6.945
Total de proveitos operacionais		180.567	171.411
Custos com o pessoal	9	65.215	64.356
Outros gastos administrativos	10	35.454	35.938
Amortizações do período	11	5.878	5.511
Total de custos operacionais		106.547	105.805
		74.020	65.606
Provisões para crédito	12	42.723	41.501
Imparidade de outros activos	13	1.149	3.132
Outras provisões	14	(97)	197
Resultado operacional		30.245	20.776
Resultado do exercício		30.245	20.776

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2006	31 de Dezembro 2005
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	182.540	207.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	110.475	94.396
Aplicações em instituições de crédito	17	762.181	910.571
Créditos a clientes	18	12.198.588	11.533.418
Activos financeiros detidos para negociação	19	2.662	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19	15.939	-
Activos financeiros disponíveis para venda	19	857.652	680.474
Derivados de cobertura	20	15.912	27.269
Investimentos detidos até à maturidade	21	34.943	34.903
Investimentos em associadas	22	26.269	26.269
Outros activos tangíveis	23	81.945	80.402
Activos intangíveis	24	7.850	5.551
Outros activos	25	234.223	350.033
		<u>14.531.179</u>	<u>13.950.993</u>
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	26	1.217.149	937.553
Recursos de clientes	27	7.757.904	7.550.069
Títulos de dívida emitidos	28	4.213.192	4.080.422
Passivos financeiros detidos para negociação e outros			
passivos financeiros ao justo valor através de resultados	29	29.930	-
Derivados de cobertura	20	8.823	9.369
Provisões	30	88.394	84.675
Passivos subordinados	31	310.785	310.649
Outros passivos	32	112.893	287.485
		<u>13.739.070</u>	<u>13.260.222</u>
Capital Próprio			
Capital	33	585.000	485.000
Reservas de justo valor	35	(230)	-
Outras reservas e resultados transitados	34 e 35	177.094	160.459
Lucro líquido do exercício		30.245	45.312
		<u>792.109</u>	<u>690.771</u>
		<u>14.531.179</u>	<u>13.950.993</u>

Contas extrapatrimoniais (Nota 36)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração de Fluxos de Caixa para os períodos findos em 30 de Junho de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<u>30 de Junho</u> <u>2006</u>	<u>30 de Junho</u> <u>2005</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	316.913	293.878
Comissões recebidas	34.438	31.913
Pagamento de juros	(169.297)	(159.984)
Pagamento de comissões	(4.378)	(4.345)
Despesas com pessoal e fornecedores	(286.455)	(111.357)
Recuperação de crédito e juros	667	540
Outros pagamentos e recebimentos	1.464	26.814
	<u>(106.648)</u>	<u>77.459</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(556.354)	(221.533)
Outros activos	108.829	(21.435)
	<u>(447.525)</u>	<u>(242.968)</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Débitos para com clientes	207.835	(29.420)
Débitos para com instituições de crédito	279.596	(143.209)
	<u>487.431</u>	<u>(172.629)</u>
	<u>(66.742)</u>	<u>(338.138)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	1.427	1.818
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(2.662)	-
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(15.939)	-
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(177.408)	(192.741)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	10.811	-
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(94)	(34.260)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	-	(4)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	20.433	32.579
Alienação de imobilizações	-	171
Aquisição de imobilizações	(9.720)	(2.781)
	<u>(173.152)</u>	<u>(195.218)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Distribuição de resultados	(11.597)	(24.782)
Aumento de capital	100.000	40.000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	732.906	931.669
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(600.000)	(314.976)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	29.930	-
	<u>251.239</u>	<u>631.911</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	11.345	98.555
Caixa e equivalentes no início do período	<u>149.912</u>	<u>97.284</u>
Caixa (nota 15)	55.516	50.711
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 16)	94.396	46.573
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>161.257</u>	<u>195.839</u>

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações no Capital Próprio para os períodos findos em 30 de Junho de 2006 e de 2005

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2005	652.628	445.000	166.181	8.404	-	33.043
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	6.609	-	-	(6.609)
Reserva especial	-	-	1.652	-	-	(1.652)
Aumento de capital	40.000	40.000	-	-	-	-
Distribuição de resultados	(24.782)	-	-	-	-	(24.782)
Resultado líquido do período	20.776	-	-	-	-	20.776
Saldos em 30 de Junho de 2005	688.622	485.000	174.442	8.404	-	20.776
Impacto da aplicação da IAS 19	(22.387)	-	-	-	-	(22.387)
Resultado líquido do período	24.536	-	-	-	-	24.536
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	690.771	485.000	174.442	8.404	-	22.925
Impacto da aplicação da IAS 32 e 39	(5.886)	-	-	-	-	(5.886)
	684.885	485.000	174.442	8.404	-	17.039
Constituição de reservas						
Reserva geral	-	-	9.062	-	-	(9.062)
Reserva especial	-	-	2.266	-	-	(2.266)
Aumento de capital	100.000	100.000	-	-	-	-
Distribuição de resultados	(11.597)	-	-	-	-	(11.597)
Reservas de justo valor	(230)	-	-	-	(230)	-
Impacto da aplicação da IAS 19	(11.194)	-	-	-	-	(11.194)
Resultado líquido do período	30.245	-	-	-	-	30.245
Saldos em 30 de Junho de 2006	792.109	585.000	185.770	8.404	(230)	13.165

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares 30 de Junho de 2006

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “Caixa”) é uma instituição de crédito, anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

As demonstrações financeiras intercalares agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Caixa em 3 de Agosto de 2006. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

Para os períodos até e incluindo 31 de Dezembro de 2005, a Caixa preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário (Normas Locais). No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA's”). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras da Caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data, considerando as normas disponíveis para adopção antecipada nas demonstrações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006.

As demonstrações financeiras do Banco para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data, incluindo os requisitos definidos pela IAS 34. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006. Para efeitos de comparabilidade deve ser considerado o facto de as demonstrações financeiras apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2005 terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1.20.

Transição para as NCA's

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Caixa de acordo com as NCA's, tendo os ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2006, sido determinados de acordo com os princípios aplicáveis da IFRS 1. As reconciliações entre os capitais próprios e os resultados líquidos definidas pela IFRS 1 são apresentadas na nota 38.

Na preparação das demonstrações financeiras na data de transição, de Janeiro de 2006, a Caixa decidiu optar por algumas das excepções permitidas pela IFRS 1, apresentadas conforme segue:

i) Valorização dos activos fixos tangíveis

A Caixa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o valor de balanço determinado em conformidade com as políticas contabilísticas anteriormente aplicadas pela Caixa.

1.2 Créditos a clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pela Caixa, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da Caixa expiram; ou (ii) a Caixa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subseqüentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de provisões para crédito.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1, a Caixa aplica nas suas contas as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Caixa nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela Caixa, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

1.3 Instrumentos financeiros

i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pela Caixa com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica Activos Financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ou passivos financeiros pelo justo valor através de resultados são activos financeiros ou passivos financeiros que são considerados de negociação quando o objectivo principal é de gerar lucro a curto prazo e incluindo derivados não designados como instrumentos de cobertura ou no momento do reconhecimento inicial são designados pela entidade pelo justo valor através de resultados. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício.

Os instrumentos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Caixa tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica “Resultados em operações financeiras” da demonstração de resultados.

iv) Activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Os activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica “Resultados em operações financeiras” da demonstração de resultados.

v) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pela Caixa, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

vi) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

1.4 Contabilidade de cobertura

i) Contabilidade de cobertura

A Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Caixa. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Caixa executa testes prospectivos na data de incepção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre. Quando a efectividade da relação de cobertura está fora do intervalo de 80 por cento a 125 por cento a contabilidade de cobertura é descontinuada.

iv) Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de negociação.

1.5 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para activos e passivos financeiros de negociação são proibidas.

1.6 Desreconhecimento

A Caixa desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a Caixa não mantém controlo dos activos.

A Caixa procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.7 Acordos de recompra

A Caixa realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos a clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

1.8 Locações

A Caixa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efectuados pela Caixa à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados ao período ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.9 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva a Caixa procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

1.10 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva;
- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Caixa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Caixa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10

1.12 Activos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Caixa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

A Caixa não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- o produto / processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- o Conselho de Administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

1.13 Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo valor de recuperação de crédito.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos estimados associados à venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela Caixa.

1.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.15 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.16 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (“ACTV”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo “Plano ACTV - Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário” e pelo “Plano ACTQ - Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário”.

A Caixa financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros, de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	7 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	5 anos
Aumento de responsabilidades	5 anos

A responsabilidade líquida da Caixa com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwiding” dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da Caixa relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de “rating” AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 25 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos ao fundo são efectuados pela Caixa de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

1.17 Fiscalidade

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.18 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável da Caixa, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável da Caixa, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

1.19 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.20 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Caixa e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Caixa determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Caixa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Caixa.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

A Caixa classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a Caixa avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a Caixa não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua conseqüente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado. A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação do justo valor desta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios da Caixa.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados em operações financeiras

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, conforme apresentado nas notas 3 e 6. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações financeiras quer na rubrica de juros e proveitos equiparados pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações financeiras.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Margem financeira	147.616	133.894
Resultados em operações financeiras	(2.645)	1.186
	<u>144.971</u>	<u>135.080</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados:</i>		
Juros de crédito	259.710	227.759
Juros de outras aplicações	12.326	11.576
Juros de depósitos	1.797	1.486
Juros de títulos disponíveis para venda	17.280	6.925
Juros de investimentos detidos até à maturidade	703	567
Juros de derivados de cobertura	15.861	42.886
Juros de investimentos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	7	-
Outros juros e rendimentos similares	9.229	2.679
	<u>316.913</u>	<u>293.878</u>
<i>Juros e custos equiparados:</i>		
Juros de depósitos	70.374	62.455
Juros de títulos emitidos	73.383	55.339
Juros de empréstimos	7.414	6.457
Juros de outros recursos	5.236	4.308
Juros de derivados de cobertura	11.431	31.423
Outros juros e encargos similares	1.459	2
	<u>169.297</u>	<u>159.984</u>
Margem financeira	<u>147.616</u>	<u>133.894</u>

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 1.427.000 (2005: Euros 1.818.000) refere-se a rendimentos de participações financeiras.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados	21.328	19.280
Por operações realizadas por conta de terceiros	5.098	6.030
Por garantias prestadas	2.353	2.243
Outros proveitos de serviços e comissões	5.659	4.360
	<u>34.438</u>	<u>31.913</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	3.975	3.325
Por operações realizadas com títulos	147	140
Outros custos com serviços e comissões	256	880
	<u>4.378</u>	<u>4.345</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u><u>30.060</u></u>	<u><u>27.568</u></u>

6 Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Lucros em operações financeiras:</i>		
Derivados de cobertura	14.512	-
Operações com instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	37.268	-
Operações cambiais	3.742	3.216
Operações com instrumentos financeiros detidos para negociação	15.082	-
Operações com instrumentos financeiros detidos até à maturidade	1	-
	<u>70.605</u>	<u>3.216</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>		
Derivados de cobertura	13.736	-
Operações com instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	38.378	-
Operações cambiais	2.760	2.105
Operações com instrumentos financeiros detidos para negociação	17.655	-
Operações com instrumentos financeiros detidos até à maturidade	166	187
	<u>72.695</u>	<u>2.292</u>
Resultados líquidos de operações financeiras	<u>(2.090)</u>	<u>924</u>

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	233
De outros emissores	80	29
	<u>80</u>	<u>262</u>
<i>Prejuízos em operações com activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1	-
De outros emissores	634	-
	<u>635</u>	<u>-</u>
Resultados líquidos de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(555)</u>	<u>262</u>

8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	1.495	3.645
Reembolso de despesas	1.119	2.594
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	2.461	1.768
Ganhos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	1.962	1.407
Outros	953	1.922
	<hr/>	<hr/>
	7.990	11.336
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	62	107
Donativos e quotizações	112	57
Prejuízos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	642	1.171
Prejuízos na venda de imobilizado	-	78
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	801	800
Outros	2.264	2.178
	<hr/>	<hr/>
	3.881	4.391
	<hr/>	<hr/>
Outros resultados líquidos de exploração	4.109	6.945

9 Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Remunerações	46.909	46.014
Encargos sociais obrigatórios	16.963	17.737
Outros custos	1.343	605
	<u>65.215</u>	<u>64.356</u>

Conforme referido na nota 39, a rubrica Remunerações inclui em 30 de Junho de 2006 o montante de Euros 10.125.000 (30 de Junho de 2005: Euros 11.370.000) relativo ao custo com pensões de reforma do período.

As remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa, no exercício findo em 30 de Junho de 2006, no montante de Euros 638.000 (2005: Euros 1.043.000) respeitam a remunerações fixas.

10 Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Rendas e alugueres	9.721	8.787
Serviços especializados		
Informática	1.663	1.576
Trabalho independente	304	1.837
Outros serviços especializados	7.784	5.477
Publicidade e publicações	4.386	6.271
Comunicações e expedição	3.612	3.244
Água, energia e combustíveis	1.669	1.645
Conservação e reparação	1.316	1.354
Transportes	1.231	1.100
Seguros	1.085	955
Deslocações, estadias e despesas de representação	794	667
Material de consumo corrente	567	531
Formação	410	618
Outros gastos administrativos	912	1.876
	<u>35.454</u>	<u>35.938</u>

11 Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
“Software”	1.729	1.338
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	1.894	2.003
Equipamento:		
Mobiliário e material	317	366
Máquinas e ferramentas	84	102
Equipamento informático	900	669
Instalações interiores	850	885
Equipamento de transporte	36	56
Equipamento de segurança	68	92
	<u>4.149</u>	<u>4.173</u>
	<u>5.878</u>	<u>5.511</u>

12 Provisões para crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Imparidade para aplicações em instituições de crédito:</i>		
Dotação do período	67	385
Reversão do período	(789)	(179)
	<u>(722)</u>	<u>206</u>
<i>Provisão para riscos gerais de crédito:</i>		
Dotação do período	17.006	6.028
Reversão do período	(13.190)	(3.396)
	<u>3.816</u>	<u>2.632</u>
<i>Provisão específica para crédito concedido:</i>		
Dotação do período	110.270	88.559
Reversão do período	(69.974)	(49.356)
Recuperações de crédito e de juros	(667)	(540)
	<u>39.629</u>	<u>38.663</u>
	<u>42.723</u>	<u>41.501</u>

13 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do período	1.644	4.545
Reversão do período	(495)	(957)
	<u>1.149</u>	<u>3.588</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	-	247
Reversão do período	-	(703)
	<u>-</u>	<u>(456)</u>
	<u><u>1.149</u></u>	<u><u>3.132</u></u>

14 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	-	1.170
Reversão do período	(97)	(973)
	<u>(97)</u>	<u>197</u>

15 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Caixa	50.782	55.516
Banco de Portugal	131.758	152.191
	<u>182.540</u>	<u>207.707</u>

A rubrica Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

16 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Em instituições de crédito no país	99	16
Em instituições de crédito no estrangeiro	7.363	7.450
Valores a cobrar	103.013	86.930
	<u>110.475</u>	<u>94.396</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

17 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Mercado monetário interbancário	10.000	-
Aplicações sobre instituições de crédito no país	8.547	30.506
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	743.847	881.000
	<u>762.394</u>	<u>911.506</u>
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	<u>(213)</u>	<u>(935)</u>
	<u><u>762.181</u></u>	<u><u>910.571</u></u>

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Até 3 meses	758.123	886.269
3 meses até 6 meses	-	17.179
6 meses até 1 ano	3.567	7.345
Mais de 5 anos	589	589
Duração indeterminada	115	124
	<u>762.394</u>	<u>911.506</u>

Os movimentos da imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Imparidade para aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	935	218
Dotação do período	67	385
Reversão do período	<u>(789)</u>	<u>(179)</u>
Saldo em 30 de Junho	<u><u>213</u></u>	<u><u>424</u></u>

18 Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	10.791.085	10.204.167
Crédito com outras garantias	973.356	927.030
Crédito sem garantias	322.371	294.457
Crédito ao sector público	57.424	58.610
Crédito sobre o estrangeiro	92	506
Capital em locação	16.892	14.673
	<hr/> 12.161.220 <hr/>	<hr/> 11.499.443 <hr/>
Crédito e juros vencidos - menos de 90 dias	33.105	27.504
Crédito e juros vencidos - mais de 90 dias	315.035	303.986
	<hr/> 348.140 <hr/>	<hr/> 331.490 <hr/>
	12.509.360	11.830.933
Provisão específica para riscos de crédito	(310.772)	(297.515)
	<hr/> <hr/> 12.198.588	<hr/> <hr/> 11.533.418

A análise da rubrica Créditos a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Crédito interno:</i>		
Crédito a curto prazo		
Crédito descontado titulado por efeito	124.924	120.158
Crédito em conta corrente	675.337	647.822
Descobertos em depósitos à ordem	21.507	22.467
Empréstimos	899.349	928.816
	1.721.117	1.719.263
 Crédito a médio e longo prazo		
Empréstimos hipotecários		
Financiamento à habitação	7.836.071	6.979.750
Fomento à construção	2.061.609	2.032.345
Capital em locação	16.892	14.673
Outros créditos	525.439	752.906
	10.440.011	9.779.674
 <i>Crédito ao exterior:</i>		
Crédito a curto prazo	92	506
Crédito a médio e longo prazo	-	-
	92	506
	12.161.220	11.499.443
 <i>Crédito e juros vencidos:</i>		
Menos de 90 dias	33.105	27.504
Mais de 90 dias	315.035	303.986
	348.140	331.490
	12.509.360	11.830.933
Provisão específica para riscos de crédito	(310.772)	(297.515)
	12.198.588	11.533.418

A rubrica Crédito e juros vencidos inclui os valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, pelo que não consideram o valor do crédito vincendo total de clientes da Caixa, que na data de balanço registavam crédito vencido e cujo montante a 30 de Junho de 2006 ascendia a Euros 1.178.000 (2005: Euros 1.051.000).

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados “créditos arrematados” no montante de Euros 6.991.000 (2005: Euros 6.813.000). Os “créditos arrematados” correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Créditos a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Créditos a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 30 de Junho de 2006, é a seguinte:

Créditos a clientes					
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	225.101	2.125.611	8.440.374	263.225	11.054.311
Crédito com outras garantias	579.591	245.355	148.409	72.085	1.045.440
Crédito sem garantias	139.660	106.578	76.133	12.475	334.846
Crédito ao sector público	52	1.045	56.327	-	57.424
Crédito sobre o estrangeiro	92	-	-	-	92
Capital em locação	-	14.901	1.991	355	17.247
	944.496	2.493.490	8.723.234	348.140	12.509.360

Em 30 de Junho de 2006, existem duas operações de titularização celebradas entre a Caixa e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – Pelican Mortgages No. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – Pelican Mortgages No. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o Pelican Mortgages No. 1 PLC e para o Pelican Mortgages No. 2 PLC.

À data de 30 de Junho de 2006, as operações de titularização efectuadas pela Caixa são apresentadas como segue:

<u>Emissão</u>	<u>Data de início</u>	<u>Moeda</u>	<u>Activo cedido</u>	<u>Montante</u>
Pelican Mortgages No.1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650.000.000
Pelican Mortgages No.2	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700.000.000
				1.350.000.000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da Caixa, na rubrica Crédito sobre clientes, pode ser analisado como segue:

	<u>Jun 2006</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2005</u> <u>Euros '000</u>
Pelican Mortgages No. 1	353.794	404.285
Pelican Mortgages No. 2	541.163	568.783
	894.957	973.068

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2006, como segue:

<u>Emissão</u>	<u>Obrigações emitidas</u>	<u>Valor nominal</u> <u>Euros</u>	<u>Moeda</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating das obrigações</u> <u>(Moody's)</u>
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611.000.000	Euros	2037	Aaa
	Classe B	16.250.000	Euros	2037	A2
	Classe C	22.750.000	Euros	2037	Baa2
	Classe D	3.250.000	Euros	2037	-
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659.750.000	Euros	2036	Aaa
	Classe B	17.500.000	Euros	2036	A1
	Classe C	22.750.000	Euros	2036	Baa2
	Classe D	5.600.000	Euros	2036	-

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	263.225	262.331
Crédito com outras garantias	72.085	60.359
Crédito sem garantias	12.475	8.482
Capital em locação	355	318
	<u>348.140</u>	<u>331.490</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Empresas:</i>		
Construção/Produção	86.116	72.292
Investimento	48.720	39.878
Tesouraria	38.371	28.946
Outras finalidades	587	506
<i>Particulares:</i>		
Habitação	116.794	128.558
Crédito ao consumo	7.960	10.682
Outras finalidades	49.398	50.528
<i>Sector Público Administrativo</i>	194	100
	<u>348.140</u>	<u>331.490</u>

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
<i>Provisão específica para riscos de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	297.515	262.591
Dotação do período	110.270	88.559
Reversão do período	(69.974)	(49.356)
Utilização da imparidade	(27.039)	(23.920)
Saldo em 30 de Junho	<u>310.772</u>	<u>277.874</u>

Em conformidade com a política da Caixa, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A provisão específica para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	265.257	250.219
Crédito com outras garantias	34.355	39.125
Crédito sem garantias	11.160	8.171
	<u>310.772</u>	<u>297.515</u>

As utilizações da provisão específica para riscos de crédito correspondem a “write-offs” efectuados durante o primeiro semestre de 2006.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Crédito com garantias reais	19.734	11.017
Crédito com outras garantias	4.337	1.005
Crédito sem garantias	2.968	11.898
	<u>27.039</u>	<u>23.920</u>

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro de 30 de Junho de 2006 e durante o exercício de 2005, ascendeu ao montante de Euros 667.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 985.000) relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 12.

19 Activos financeiros detidos para negociação, outros activos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2006</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2005</u> <u>Euros '000</u>
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Acções	17	-
Derivados	2.645	-
	<u>2.662</u>	<u>-</u>
<i>Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:</i>		
Opções	501	-
Obrigações	2.961	-
Derivados	12.477	-
	<u>15.939</u>	<u>-</u>
<i>Activos financeiros disponíveis para venda:</i>		
<i>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:</i>		
De emissores públicos	65	68
De outros emissores	840.005	663.320
Imparidade para títulos de rendimento fixo	(6.501)	(6.856)
	<u>833.569</u>	<u>656.532</u>
Títulos vencidos	998	998
Imparidade para títulos vencidos	(998)	(998)
	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	24.334	24.462
Imparidade para acções	(251)	(520)
	<u>24.083</u>	<u>23.942</u>
	<u>857.652</u>	<u>680.474</u>

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.3 a carteira de títulos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 35.

Em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, a carteira de títulos disponíveis para venda é apresentada líquida da provisão constituída nesta data, no montante de Euros 6.856.000, relativa a menos valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos respectivos títulos, de acordo com o disposto no parágrafo 10º, 20º do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal.

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo de instrumento financeiro, é a seguinte:

	Jun 2006				Dez 2005		
	Títulos				Títulos		
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Negociação Euros '000	Disponíveis Para venda Euros '000	Total Euros '000	Negociação Euros '000	Disponíveis Para venda Euros '000	Total Euros '000
Derivados	12.477	2.645	-	15.122	-	-	-
Opções	501	-	-	501	-	-	-
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>							
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	-	65	65	-	68	68
Obrigações de outros emissores:							
Nacionais	-	-	26.009	26.009	-	34.913	34.913
Estrangeiros	2.961	-	799.563	802.524	-	592.525	592.525
Papel comercial	-	-	15.431	15.431	-	36.880	36.880
	2.961	-	841.068	844.029	-	664.386	664.386
Cotados	2.961	-	728.229	731.190	-	538.373	538.373
Não cotados	-	-	112.839	112.839	-	126.013	126.013
<i>Títulos de rendimento variável:</i>							
Acções de empresas							
Nacionais	-	17	7.510	7.527	-	7.510	7.510
Estrangeiras	-	-	4.577	4.577	-	4.577	4.577
Unidades de participação	-	-	12.247	12.247	-	12.375	12.375
	-	17	24.334	24.351	-	24.462	24.462
Cotados	-	17	5.830	5.847	-	5.853	5.853
Não cotados	-	-	18.504	18.504	-	18.609	18.609
Imparidade para títulos vencidos	-	-	(998)	(998)	-	(998)	(998)
Imparidade para títulos	-	-	(6.752)	(6.752)	-	(7.376)	(7.376)
	-	-	(7.750)	(7.750)	-	(8.374)	(8.374)
	15.939	2.662	857.652	876.253	-	680.474	680.474

A carteira de negociação é valorizada ao valor de mercado.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.3 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 230.000 e de Euros 7.750.000 (2005: Euros 8.374.000), respectivamente.

A rubrica Obrigações de outros emissores nacionais inclui o montante de Euros 5.594.000 (2005: Euros 14.090.000) referente a títulos subordinados.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 30 de Junho de 2006, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Derivados	37	-	15.085	-	15.122
Opções	-	341	160	-	501
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	-	60	5	65
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	5.658	20.351	-	26.009
Estrangeiros	-	21.005	763.362	18.157	802.524
Papel comercial	14.433	-	-	998	15.431
	<u>14.433</u>	<u>26.663</u>	<u>783.773</u>	<u>19.160</u>	<u>844.029</u>
Cotados	-	26.663	686.365	18.162	731.190
Não cotados	14.433	-	97.408	998	112.839
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	17	-	7.510	7.527
Estrangeiras	-	-	-	4.577	4.577
Unidades de participação	-	-	-	12.247	12.247
	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>24.334</u>	<u>24.351</u>
Cotados	-	17	-	5.830	5.847
Não cotados	-	-	-	18.504	18.504
Imparidade para títulos	-	-	(6.501)	(1.249)	(7.750)
	<u>14.470</u>	<u>27.021</u>	<u>792.517</u>	<u>42.245</u>	<u>876.253</u>

A análise da carteira de títulos incluída na categoria activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Derivados	-	-	-	-	-
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	-	64	4	68
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	-	8.517	26.396	-	34.913
Estrangeiros	-	1.003	586.484	5.038	592.525
Papel comercial	35.882	-	-	998	36.880
	<u>35.882</u>	<u>9.520</u>	<u>612.944</u>	<u>6.040</u>	<u>664.386</u>
Cotados	-	9.520	526.820	2.033	538.373
Não cotados	35.882	-	86.124	4.007	126.013
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais				7.510	7.510
Estrangeiras				4.577	4.577
Unidades de participação				12.375	12.375
				<u>24.462</u>	<u>24.462</u>
Cotados				5.853	5.853
Não cotados				18.609	18.609
Imparidade para títulos	-	(21)	(6.828)	(1.525)	(8.374)
	<u>35.882</u>	<u>9.499</u>	<u>606.116</u>	<u>28.977</u>	<u>680.474</u>

A análise da carteira de derivados de negociação e ao justo valor através de resultados por maturidades em 30 de Junho de 2006, é a seguinte:

	Jun 2006					
	“Nocionais” com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Positivo Euros '000	Negativo Euros '000
Mercado de balcão:						
Derivados de taxa de juro	-	-	2.198.702	2.198.702	14.741	29.082
Derivados de moeda	3.853	-	19.825	23.678	381	347
Opções de taxa de juro (compra)	-	15.000	19.000	34.000	501	501
	<u>3.853</u>	<u>15.000</u>	<u>2.237.527</u>	<u>2.256.380</u>	<u>15.623</u>	<u>29.930</u>

20 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Activo:</i>		
“Interest rate swap”	<u>15.912</u>	<u>27.269</u>
<i>Passivo:</i>		
“Interest rate swap”	<u>8.823</u>	<u>9.369</u>

A Caixa contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a Caixa está exposta às variações de justo valor, ou a variações de “cash-flows” ou se encontra perante coberturas de transacções futuras. A Caixa à data de 31 de Dezembro de 2005 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa fixa para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

A partir de 1 de Janeiro de 2006, a Caixa, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, “swaps” de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco taxa de juro de Recursos em outras instituições de crédito e Depósitos de clientes.

A Caixa registou em resultados do exercício um montante de Euros 24.735.000 relativo a variações de justo valor de risco de taxa de juro associado aos activos e passivos acima descritos.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	(17.767)	(18.717)
Depósitos de clientes	<u>(6.968)</u>	<u>(17.921)</u>
	<u>(24.735)</u>	<u>(36.638)</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2006, é a seguinte:

	Jun 2006					
	“Nocionais” por prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Positivo Euros '000	Negativo Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro	-	68.358	419.585	487.943	15.912	8.823

21 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	34.943	34.903

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2006, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT - Junho 98/2008	Junho, 1998	Junho, 2008	Taxa fixa de 5,375%	6.729
OT - Setembro 98/2013	Setembro, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,45%	99
OT - Julho 99/2009	Julho, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,95%	6.514
OT - Maio 00/2010	Maio, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,85%	6.693
OT - Junho 01/2011	Junho, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,15%	1.086
OT - Junho 02/2012	Junho, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,00%	104
OT - Julho 03/2006	Julho, 2003	Julho, 2006	Taxa fixa de 3,00%	6.686
OT - Julho 04/2008	Julho, 2004	Julho, 2008	Taxa fixa de 3,25%	6.535
OT - Abril 05/2015	Abril, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,20%	104
OT - Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	393
				<u>34.943</u>

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.3.

22 Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Participações financeiras em associadas e outras:</i>		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	10.816	10.816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	5.202	5.202
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3.200	3.200
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	50	50
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7.001	7.001
	26.269	26.269
 Não cotados	 26.269	 26.269

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	Activos Euros '000	Passivos Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000
30 de Junho de 2006				
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	268.747	240.859	67.650	3.359
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	327.938	312.127	94.130	599
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	60.424	47.733	3.694	(625)
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	3.333	669	1.777	700
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	245.276	238.352	3.101	30
31 de Dezembro de 2005				
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	238.989	205.234	113.039	2.813
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	256.609	241.090	112.900	2.335
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	66.523	53.207	7.966	(1.150)
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	3.677	588	2.973	1.251
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	237.752	230.859	576	(108)

Em 30 de Novembro de 2005, o Montepio Geral – Cayman encerrou a sua actividade.

Durante o exercício de 2005, a Caixa subscreveu integralmente o capital do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) no montante de Euros 7.001.000.

Durante o primeiro semestre de 2006, não ocorreram movimentos na provisão específica para participações financeiras.

A Caixa detém um conjunto de participações em empresas associadas. São consideradas empresas associadas os investimentos de carácter duradouro e em relação aos quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade com as actividades da Caixa.

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 6 de Junho de 1986 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos, com excepção do ramo vida, e tem um capital social de Euros 19.250.000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania, o Montepio Geral – Associação Mutualista (65,71%) e a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (3,32%).

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 15 de Maio de 1987 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para as diversas modalidades do ramo vida e um capital social de Euros 9.000.000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania Vida, S.A., o Montepio Geral – Associação Mutualista (39,22%) e a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (11,17%).

Para além das suas dependências e de uma rede de mediadores, as Sociedades indicadas, contam com os balcões da Caixa para a angariação de negócio.

O Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) foi constituído em Agosto de 2005 e tem como objectivo a internacionalização da Caixa, permitindo a captação e respectiva domiciliação de fundos, assim como proporcionar aos clientes alternativas de aplicações fora do contexto doméstico. Tem um capital social de Escudos de Cabo Verde 772.000.000, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

23 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	66.304	66.304
Obras em imóveis arrendados	32.082	31.841
Imobilizado em curso	82	82
Equipamento:		
Mobiliário e material	9.390	9.271
Máquinas e ferramentas	2.592	2.737
Equipamento informático	31.385	26.967
Instalações interiores	20.626	20.385
Equipamento de transporte	1.415	1.464
Equipamento de segurança	2.654	2.621
Património artístico	420	419
Outras imobilizações corpóreas	30	30
Imobilizações em curso	1.664	1.249
	<u>168.644</u>	<u>163.370</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(4.149)	(8.199)
Relativas a exercícios anteriores	(82.550)	(74.769)
	<u>(86.699)</u>	<u>(82.968)</u>
	<u>81.945</u>	<u>80.402</u>

24 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Trespases	33	33
“Software”	23.598	19.618
Adiantamentos por conta de imobilizações	72	24
	<u>23.703</u>	<u>19.675</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(1.729)	(2.886)
Relativas a exercícios anteriores	(14.124)	(11.238)
	<u>(15.853)</u>	<u>(14.124)</u>
	<u>7.850</u>	<u>5.551</u>

25 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito	110.488	112.948
Bonificações a receber do Estado Português	28.181	21.222
Outros devedores	7.114	5.223
Outros proveitos a receber	2.886	2.623
Despesas com custo diferido	85.634	209.322
Contas diversas	13.669	12.077
	<u>247.972</u>	<u>363.415</u>
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(13.749)	(13.382)
	<u>234.223</u>	<u>350.033</u>

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 102.595.000 (2005: Euros 104.016.000) relativo aos imóveis recebidos pela Caixa por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.13.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 28.181.000 (2005: Euros 21.222.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	7.908	4.526
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	10.380	10.479
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	9.893	6.217
	<u>28.181</u>	<u>21.222</u>

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, um montante de Euros 3.473.000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Provisões, conforme nota 30.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	13.382	8.966
Dotação do período	1.644	4.545
Reversão do período	(495)	(957)
Utilização de imparidades	(782)	(1.167)
Saldo em 30 de Junho	<u>13.749</u>	<u>11.387</u>

26 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006			Dez 2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Banco Central Europeu	-	-	-	-	-	-
Recursos de instituições de crédito no país	350.000	72.513	422.513	-	148.380	148.380
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	18.010	776.626	794.636	10.751	778.422	789.173
	<u>368.010</u>	<u>849.139</u>	<u>1.217.149</u>	<u>10.751</u>	<u>926.802</u>	<u>937.553</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Até 3 meses	670.059	269.791
3 meses até 6 meses	43.149	141.454
6 meses a 1 ano	165.633	4.147
1 ano até 5 anos	296.910	463.828
Mais de 5 anos	38.594	58.333
	<u>1.214.345</u>	<u>937.553</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	2.804	-
	<u>1.217.149</u>	<u>937.553</u>

27 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006			Dez 2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Depósitos à ordem	2.194.570	-	2.194.570	2.241.726	-	2.241.726
Depósitos a prazo ^(*)	-	3.959.382	3.959.382	-	3.552.927	3.552.927
Depósitos de poupança ^(*)	-	1.607.219	1.607.219	-	1.752.918	1.752.918
Outros débitos	1.358	-	1.358	2.498	-	2.498
Correcções de valor por operações de cobertura	-	(4.625)	(4.625)	-	-	-
	<u>2.195.928</u>	<u>5.561.976</u>	<u>7.757.904</u>	<u>2.244.224</u>	<u>5.305.845</u>	<u>7.550.069</u>

Observações: ^(*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 20 e na política contabilística 1.4.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Depósitos à ordem</i>	2.194.570	2.241.726
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	2.960.229	3.157.604
3 meses até 6 meses	1.195.002	808.984
6 meses até 1 ano	781.225	615.635
1 ano até 5 anos	562.970	676.083
Mais de 5 anos	67.175	47.539
	<u>5.566.601</u>	<u>5.305.845</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	<u>(4.625)</u>	<u>-</u>
	<u>5.561.976</u>	<u>5.305.845</u>
<i>Outros débitos:</i>		
Até 3 meses	<u>1.358</u>	<u>2.498</u>
	<u>7.757.904</u>	<u>7.550.069</u>

28 Títulos de dívida emitidos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, refere-se a Obrigações de caixa emitidas e cuja análise pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Até 6 meses	201.189	558.209
6 meses até 1 ano	-	200.806
1 ano até 5 anos	3.231.366	2.518.178
Mais de 5 anos	799.142	803.229
	<hr/> 4.231.697	<hr/> 4.080.422
Correcções de valor por operações de cobertura	(18.505)	-
	<hr/> <hr/> 4.213.192	<hr/> <hr/> 4.080.422

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica Empréstimos obrigacionistas é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2006 Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>				
Obr. CEMG / 02 1ª Emissão	Jan.2002	Jan.2012	Euribor 6 meses + 1%	50.000
Obr. CEMG / 03	Mar.2003	Mar.2008	Taxa fixa de 3,8%	100.000
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 3,548%	100.000
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Pribor 6 meses + 0,18%	17.548
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	200.000
Obr. CEMG / 03	Jan.2004	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30%	100.000
Obr. CEMG / 04	Fev.2004	Ago.2007	Taxa fixa de 3,25%	120.000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2007	Euribor 3 meses + 0,20%	400.000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26%	10.127
Obr. CEMG / 04	Jul.2004	Jul.2006	Euribor 3 meses + 0,125%	200.000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15.000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50.000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31%	50.000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6%	17.548
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300.000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300.000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa fixa de 3,5%	125.000
Obr. CEMG / 05	Mar.2005	Mar.2015	Euribor 3 meses + 0,25%	5.000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500.000
Obr. caixa MG Aforro 1ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa anual de 1,85%	19.000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500.000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125.000
Obr. caixa MG Aforro 2ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa anual de 1,85%	62.000
Obr. caixa MG Cabaz TOP 1ª Emissão	Out.2005	Out.2007	Taxa fixa anual de 2%	8.500
Obr. caixa MG Aforro 3ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa anual de 1,85%	14.000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa anual de 1,85%	23.000
Obr. caixa MG Aforro 4ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa anual de 1,85%	52.000
Obr. caixa MG Business Invest	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 2%	26.500
Obr. caixa MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 2,5%	30.000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500.000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa anual de 2,65%	10.000
Obr. caixa MG Aforro/06 1ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa anual de 2,25%	40.000
Obr. caixa MG Aforro/06 2ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa anual de 2,25%	17.000
Obr. caixa MG Aforro Especial Fev.06	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa anual de 2,45%	9.000
Obr. caixa MG Aforro/06 3ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa anual de 2,25%	17.000
Obr. caixa MG Aforro/06 4ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa anual de 2,50%	23.000
Obr. caixa MG Business Invest 2006	Mar.2006	Mar.2008	Taxa fixa anual de 2,50%	17.000
Obr. caixa MG Aforro/06 5ª Emissão	Abr.2006	Abr.2009	Taxa fixa anual de 2,50%	20.000
Obr. caixa MG Aforro/06 6ª Emissão	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 2,50%	20.000
Obr. caixa MG Valor Imobiliário	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 1%	2.000
Obr. caixa MG Commodities	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 3,75%	4.700
Obr. caixa MG Aforro/06 7ª Emissão	Jun.2006	Jun.2009	Taxa fixa anual de 2,75%	25.000
				4.224.923
Correcções de valor por operações de cobertura				(18.505)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				6.774
				4.213.192

Em 30 de Junho de 2006, os Empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 1% e 4,6%.

As obrigações CEMG/02 1ª Emissão apresentam um *cap* de 6%.

As obrigações de caixa MG Cabaz Top 1ª Emissão apresentam um *floor* de 2%.

Os reembolsos dos Empréstimos obrigacionistas ocorridos no decurso do primeiro semestre de 2006 são analisados como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Montante de reembolso Euros '000</u>
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>				
Obr. CEMG / 01 1ª Emissão	Mar.2001	Jun.2006	Euribor 3 meses + 0,35%	250.000
Obr. CEMG / 01 1ª Emissão	Jun.2001	Jun.2006	Taxa fixa de 5,25%	300.000
				<u>550.000</u>

Os Débitos representados por títulos com vencimento no decurso do segundo semestre de 2006 ascendem a Euros 200.000.000.

29 Passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2006</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2005</u> <u>Euros '000</u>
<i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados de moeda	347	-
Derivados de taxa de juro	2.724	-
Opções	501	-
	<u>3.572</u>	<u>-</u>
<i>Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados:</i>		
Derivados de taxa de juro	26.358	-
	<u>29.930</u>	<u>-</u>

Os derivados embutidos destacados pela Caixa encontram-se registados na rubrica Derivados de taxa de juro, tendo sido considerados como de negociação.

30 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	83.338	79.522
Provisões para outros riscos e encargos	5.056	5.153
	<u>88.394</u>	<u>84.675</u>

Os movimentos da provisão riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	79.522	73.255
Dotação do período	17.006	6.028
Reversão do período	(13.190)	(3.396)
Saldo em 30 de Junho	<u>83.338</u>	<u>75.887</u>

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	5.153	5.614
Dotação do período	-	1.170
Reversão do período	(97)	(973)
Utilização de provisões	-	(640)
Saldo em 30 de Junho	<u>5.056</u>	<u>5.171</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de outras contingências relacionadas com a actividade da Caixa.

31 Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Obrigações de caixa	9.982	9.982
Obrigações de prazo determinado	200.072	149.770
Obrigações perpétuas	100.731	150.897
	310.785	310.649

Em 30 de Junho de 2006, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	Jun 2006 Euros '000
<i>Obrigações de caixa:</i>					
CEMG/96	Dez. 1996	Dez. 2006	Euribor 6 meses + 0,20%	4.987.978.972	9.982
<i>Obrigações de prazo determinado:</i>					
CEMG/03 1ª emissão	Fev. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3%	10.000	99.668
CEMG/03 2ª emissão	Mai. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3%	5.000	50.187
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	Euribor 3 meses + 0,45%	50.000	50.217
					200.072
<i>Obrigações perpétuas:</i>					
CEMG/01	Jul. 2001	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1%	2.000.000	100.731
					310.785

O prazo máximo das Obrigações de caixa CEMG/96 é de 10 anos. Todavia a amortização será efectuada de forma faseada nos últimos 5 anos, por dedução de 20% ao valor nominal em cada ano.

No final do sétimo ano de vida das obrigações perpétuas CEMG/01, e, posteriormente, em cada data de vencimento de juros, a Caixa poderá reembolsar o empréstimo na sua globalidade, ao par, após autorização do Banco de Portugal. Caso o empréstimo não seja reembolsado nesta data o “spread” sobre a taxa de juro passará para 210 pontos base. Esta emissão foi submetida à cotação na Euronext.

As obrigações de caixa subordinadas CEMG/03 têm uma opção de reembolso antecipado a vencer em 2008.

Em 30 de Junho de 2006, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,76% e 4,21%.

Os reembolsos de passivos subordinados ocorridos no decurso do primeiro semestre de 2006 são analisados como segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Número de obrigações</u>	<u>Montante de reembolso</u>
CEMG/99	Mai. 1999	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1%	1.000.000	50.000
					50.000

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	<u>Jun 2006</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2005</u> <u>Euros '000</u>
Até 1 ano	9.982	9.982
Mais de 5 anos	300.803	300.667
	310.785	310.649

32 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Jun 2006</u> <u>Euros '000</u>	<u>Dez 2005</u> <u>Euros '000</u>
Fornecedores	2.145	5.046
Outros credores	15.090	30.945
Sector público administrativo	6.684	7.550
Férias e subsídio de férias a pagar	14.545	19.949
Outros custos a pagar	110	340
Receitas antecipadas	573	548
Contas diversas	73.746	223.107
	112.893	287.485

A rubrica Contas diversas, em 31 de Dezembro de 2005, inclui o montante de Euros 140.415.000 e Euros 39.860.000 relativos às responsabilidades com pensões de reforma dispensadas de financiamento e contribuições adicionais a entregar ao Fundo em 2006 com data valor de 2005, respectivamente.

33 Capital

Em 6 de Junho de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Caixa, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da Caixa, passou a ser de Euros 585.000.000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

34 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

35 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Reservas de justo valor</i>	(230)	-
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva geral	131.198	122.136
Reserva especial	54.572	52.306
Outras reservas	8.404	8.404
Resultados transitados	(17.080)	(22.387)
	<u>177.094</u>	<u>160.459</u>

A variação da reserva legal é analisada na nota 34.

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.3.

A rubrica Resultados transitados inclui, em 30 de Junho de 2006, o montante de Euros 11.194.000 relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.16.

Em 30 de Junho de 2006, a rubrica Resultados transitados inclui os ajustamentos de transição no montante de Euros 5.886.000.

36 Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
Garantias e avales prestados	285.881	281.027
Garantias e avales recebidos	32.105.914	31.376.921
Compromissos perante terceiros	1.409.728	1.328.288
Compromissos assumidos por terceiros	40.018	24.456
Activos cedidos em operações de titularização	894.957	973.068
Valores recebidos em depósito	5.251.454	4.556.235

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	283.842	278.580
Créditos documentários abertos	2.039	2.447
	285.881	281.027
	Jun 2006 Euros '000	Dez 2005 Euros '000
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contractos a prazo de depósitos	5.327	5.327
Linhas de crédito irrevogáveis	194.733	191.904
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19.142	18.859
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2.019	1.896
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1.188.507	1.110.302
	1.409.728	1.328.288

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, refere-se ao compromisso irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, é relativo à obrigação irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

37 Distribuição de resultados

Em 30 de Março de 2006, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a Caixa distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de 11.597.000 (2005: Euros 24.782.000).

38 Ajustamentos de transição de acordo com a IFRS 1

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Caixa preparou as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal (“Normas Locais”). No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da Caixa passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal para o exercício com início a partir de 1 de Janeiro de 2006 que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA”).

As políticas contabilísticas descritas nas notas 1.1 a 1.20, foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, assim como na preparação do balanço de abertura de acordo com as IFRS em 1 de Janeiro de 2006 (data de transição).

As diferenças entre as Normas locais e as IFRS, com impacto nas Demonstrações Financeiras em 1 de Janeiro de 2006 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

	1 de Janeiro de 2006
	Capitais próprios Euros '000
Normas locais	690.771
Ajustamentos IFRS	
Valorização dos investimentos em activos financeiros	(a) 576
Taxa efectiva	(b) (15.789)
Contabilidade de cobertura de justo valor e derivados embutidos	(c) 1.602
Activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados	(d) 7.725
Total dos ajustamentos de transição	(5.886)
IFRS	684.885

A análise dos principais ajustamentos de transição efectuados é apresentada como segue:

a) *Valorização dos investimentos em activos financeiros*

De acordo com as Normas locais, os títulos de rendimento fixo e variável são registados ao valor nominal e custo, respectivamente sendo as menos valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado provisionadas por contrapartida de resultados do exercício.

De acordo com as IFRS, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 1.3, os títulos de investimento classificados como disponíveis para venda passaram a ser valorizados ao justo valor, sendo a diferença para o custo de aquisição registada por contrapartida de reservas de justo valor. Estes activos financeiros são periodicamente sujeitos a testes de imparidade.

b) *Taxa efectiva*

Os “fees” e comissões recebidos eram, de acordo com as Normas locais, reconhecidos no momento em que o serviço era cobrado aos clientes, excepto nas situações em que o mesmo se destinava a fazer face a serviços continuados, em que eram cobrados ao longo do período da prestação do serviço.

De acordo com as IFRS, a principal alteração resultou do reconhecimento dos rendimentos e custos incrementais associados à originação dos empréstimos que passaram a ser amortizados pelo período de vida útil dos empréstimos como uma componente da taxa de juro efectiva.

c) *Contabilização de operações de cobertura e derivados embutidos*

De acordo com as Normas locais, os valores “nacionais” dos derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais até à data da maturidade dos contratos. Os derivados de cobertura não eram reavaliados sendo os juros a pagar e a receber periodificados pelo período dos contratos.

De acordo com o estabelecido pela IFRS 1, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 1.4, a data de transição considerada para a adopção da IAS 39 foi 1 de Janeiro de 2006. A adopção da IAS 39 teve um impacto significativo ao nível dos procedimentos e sistemas da Caixa, resultante dos seguintes aspectos principais: i) classificação das operações no âmbito de regras complexas aplicáveis a cada tipo de operações ii) complexidade no cumprimento dos critérios; iii) maior exigência valorimétrica; e iv) requisitos subjacentes à nova contabilidade de cobertura e derivados embutidos.

Tendo em consideração o exposto, a Caixa procedeu à identificação das operações de cobertura existentes para efeitos das Normas locais e simultaneamente procedeu à identificação dos modelos de cobertura a adoptar no âmbito da IAS 39. Assim, face à actual política de cobertura de riscos definida pela Caixa e ao objectivo de minimização da volatilidade dos resultados do exercício, foram adoptados os modelos de cobertura de “fair value hedge” para activos e passivos financeiros que geram rendimentos fixos e para os quais a caixa pretende diminuir a sua exposição em relação às variações de “fair value”. Quando o instrumento financeiro cobre a exposição a alterações no fair value de activos e passivos, o item coberto é registado ao “fair value” no que diz respeito ao risco coberto. Os ganhos e perdas resultantes da mensuração do instrumento de cobertura e item coberto são reconhecidas por contrapartida de resultados de exercício.

Os derivados embutidos são contabilizados separadamente como derivados caso as características económicas e riscos dos derivados embutidos não estejam directamente relacionadas com as do contrato principal. As variações do justo valor desta componente são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados embutidos são classificados como de negociação e registados ao seu “fair value” com as variações registadas por contrapartida de resultados do exercício.

d) *Contabilização de operações de activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados*

De acordo com o estabelecido pela IAS 39 revista em Junho de 2005, a Caixa passou a designar pelo justo valor através dos resultados os activos financeiros ou passivos financeiros anteriormente reconhecidos como itens cobertos em relações de contabilidade de cobertura do justo valor e passivos financeiros com derivados embutidos separados.

A classificação destes itens foi alterada de acordo com o parágrafo 105B da versão revista pela IAS 39 de Junho de 2005 e designados ao justo valor através de resultados.

O ajustamento apurado na transição com referência a 1 de Janeiro de 2006, engloba o ajustamento de justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, assim como ajustamento de justo valor dos derivados associados a esta operação, contratados pela Caixa no mercado.

Os activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica “Resultados em operações financeiras” da demonstração de resultados.

39 Pensões de reforma

Em 30 de Junho de 2006, a Caixa contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 10.125.000, cuja análise é apresentada como segue:

	Jun 2006 Euros '000	Jun 2005 Euros '000
Custo dos serviços correntes	8.846	6.272
Custo dos juros	10.344	8.695
Rendimento esperado dos activos	(7.753)	(6.820)
Outros	(1.312)	3.223
Custo do período	<u>10.125</u>	<u>11.370</u>

40 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2006, os créditos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica de Créditos a clientes são analisados como segue:

	Créditos a Clientes
	Euros '000
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	15.600
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	1.687
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	290
Credint - Consultoria Financeira e Creditícia, S.A.	453
	18.030

À data de 30 de Junho de 2006, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Débitos representados por títulos e Passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Débitos IC's	Débitos clientes	Passivos subordinados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	-	26.540	1.499	28.039
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	-	41.346	2.048	43.394
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	289	-	289
Caixa Económica de Cabo Verde	9.357	-	-	9.357
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	3	-	3
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	-	14.508	-	14.508
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	546	100	646
Banco de África Ocidental, S.A.	1.388	-	-	1.388
Norfin - Sociedade Gestora de FIM, S.A.	-	17.876	-	17.876
Credint - Consultoria Financeira e Creditícia, S.A.	-	142	-	142
Bolsimo - Gest. Imob., Lda.	-	57	-	57
	10.745	101.307	3.647	115.699

41 Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas

À data de 30 de Junho de 2006, os Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica de Débitos para com instituições de crédito são analisados como segue:

	Débitos em IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (IFI)	<u>242.960</u>

42 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.